

**UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROCESSOS DE ENSINO, GESTÃO E**  
**INOVAÇÃO**

**ALEXANDRE JOSÉ DA SILVA**

**PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL E O DIREITO**  
**HUMANO À EDUCAÇÃO**

**ARARAQUARA - SP**  
**2024**

**ALEXANDRE JOSÉ DA SILVA**

**PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO  
BRASIL E O DIREITO HUMANO À EDUCAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Processos de Ensino, Gestão e Inovação, da Universidade de Araraquara – UNIARA – como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: Gestão Educacional

**Orientando: Alexandre José da Silva**

**Orientador: Edmundo Alves de Oliveira**

## FICHA CATALOGRÁFICA

S578p Silva, Alexandre José da  
Privatização da educação no Brasil e o direito humano à educação/  
Alexandre José da Silva. – Araraquara: Universidade de Araraquara,  
2024.  
63f.

Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-graduação em Processos  
de Ensino, Gestão e Inovação - Universidade de Araraquara-UNIARA

Linha de pesquisa: Gestão educacional

Orientador: Prof. Dr. Edmundo Alves de Oliveira

1. Educação pública. 2. Privatização. 3. Organizações privadas.  
4. Interesses mercadológicos. 5. Direitos humanos. I. Título.

CDU 370

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

DA SILVA, A.J. **Privatização da educação no Brasil e o direito humano à educação**. 2024. 63f. Dissertação do Programa de Pós-graduação em Processos de Ensino, Gestão e Inovação da Universidade de Araraquara – UNIARA, Araraquara-SP.

## ATESTADO DE AUTORIA E CESSÃO DE DIREITOS

**NOME DO AUTOR:** Alexandre José da Silva

**TÍTULO DO TRABALHO:** Privatização da educação no Brasil e o direito humano à educação

**TIPO DO TRABALHO/ANO:** Dissertação /2024.

Conforme LEI Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998, o autor declara ser integralmente responsável pelo conteúdo desta dissertação e concede a Universidade de Araraquara permissão para reproduzi-la, bem como emprestá-la ou ainda vender cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação pode ser reproduzida sem a sua autorização.

  
\_\_\_\_\_  
Alexandre José da Silva

Rua Catanduva, 109; Jardim Cruzeiro do Sul; Bebedouro; CEP: 14701-658  
professoralexandrejsilva@gmail.com



UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROCESSOS DE ENSINO,  
GESTÃO E INOVAÇÃO, ÁREA DE EDUCAÇÃO

FOLHA DE APROVAÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Processos de Ensino, Gestão e Inovação da Universidade de Araraquara – UNIARA – para obtenção do título de Mestre em Processos de Ensino, Gestão e Inovação.

Área de Concentração: Educação e Ciências Sociais.

Nome do autor: Alexandre José da Silva.

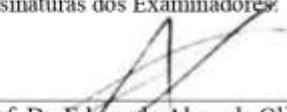
Código de aluno: 15022-001

Data: 31 de outubro de 2024

Título do Trabalho: Privatização da educação no Brasil e o direito humano à educação .

Assinaturas dos Examinadores:

Conceito:

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Edmundo Alves de Oliveira (orientador)  
Universidade de Araraquara/UNIARA

(X) Aprovado ( ) Reprovado

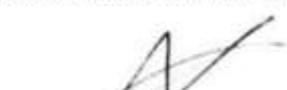
  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Dirce Charara Monteiro  
Universidade de Araraquara/UNIARA

(X) Aprovado ( ) Reprovado

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Ricardo Augusto Bonotto Barboza  
Universidade Paulista/UNIP e Universidade de Araraquara  
/UNIARA

(X) Aprovado ( ) Reprovado

Versão definitiva revisada pelo orientador em: 20/12/2024.

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Edmundo Alves de Oliveira (orientador)

## AGRADECIMENTOS

A meu orientador, Prof. Dr. Edmundo Alves de Oliveira, pela paciência, pelo apoio, pelos ensinamentos com que sempre me orientou, pelos ensinamentos, compreensão, confiança no meu trabalho e potencial, em suma por toda trajetória que vivenciamos nestes anos de curso de muito aprendizado e extremamente relevantes para a minha formação acadêmica, profissional e humano, resultando neste trabalho.

À secretária acadêmica Flaviana Rocha, pelo desempenho nas atribuições, apoio acadêmico, excelência no seu trabalho e contribuições para este, além de todo respeito, carinho, avisos, prazos e confiabilidade dada a mim.

À Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Dirce Charara Monteiro, pela atenção, contribuições, compreensão, paciência, competência acadêmica e valiosas observações em minhas Bancas de Qualificação e de Defesa.

A todos os excepcionais professores do Programa de Pós-graduação em Processos de Ensino, Gestão e Inovação da Universidade de Araraquara – UNIARA.

À Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Teise de Oliveira Guaranha Garcia da FFCLRP – Programa de Pós-graduação em Educação da USP Ribeirão Preto SP pela competência, carinho, contribuições na Banca de Qualificação, excelentes observações, aprendizado e reconhecimento deste trabalho, bem como da luta pela Educação Pública de qualidade brasileira.

Ao Professor Dr. Ricardo Augusto Bonotto Barboza pelas contribuições, competência e participação na Banca de Defesa desta dissertação.

Aos amigos sensacionais: Laes Lory Brentini, Alessandra Nicolau Pinheiro, Alessandro Chagas Fernandes, Eliana Pelissari Santos (Serralheria Cruzeiro do Sul), Nanna Siqueira e a todos os amigos da minha Turma de 2022 do Programa de Pós-graduação em Processos de Ensino, Gestão e Inovação da Universidade de Araraquara – UNIARA pelas parcerias, participações em minha vida pessoal e acadêmica, incentivo, carinho, compreensão e maravilhosos momentos de amizade.

À minha ex-esposa Débora Campanelli Abreu e filhos, pelo apoio, compartilhamentos de carinho, respeito e incentivo.

À minha maravilhosa e abençoada família, sem exceção, portanto nem citarei nomes, apenas do meu grandioso pai, Sebastião que acometido por AVC, mais do que nunca necessita de todos nós, muito obrigado a todos de coração e alma.

Aos meus guias espirituais e Orixás, sobretudo Deus, por me permitir estar aqui e poder agradecer por todo o feito e pela minha vida, além de me conceder sabedoria. Gratidão!

## RESUMO

O estudo realizado sobre a privatização da educação pública no Brasil analisa o impacto das políticas e programas que promovem a transferência da gestão educacional para o setor privado, com foco nas implicações desse processo para o ensino básico. A pesquisa utiliza como base teórica autores como Peroni (2015/2018), Caetano (2016), Freitas (2012) entre outros, para compreender o contexto neoliberal que molda essas políticas. Essas reformas, intensificadas a partir das décadas de 1990 e 2000, buscam reduzir o papel do Estado na provisão de serviços públicos, delegando a gestão educacional a entidades privadas, o que transforma a educação em uma mercadoria. No ensino básico, programas como o Movimento Todos pela Educação (MTE) e iniciativas privadas como as do Unibanco têm papel central na legitimação desse processo, que tem resultado em uma precarização crescente da educação pública, agora subordinada aos interesses mercadológicos. Essa transferência da gestão indica que o Estado busca se isentar da responsabilidade direta pela educação, entregando-a a organizações privadas com interesses lucrativos, e não ao compromisso com uma educação de qualidade. A privatização da escola se manifestou em várias facetas, por meio de serviços como a formação de professores, com a construção do currículo escolar público sendo realizada por empresas do setor educacional (Ball; Youdell, 2008). O estudo conclui que essas políticas de privatização, impulsionadas por grupos educacionais privados, são extremamente relevantes (Krawczyk, 2008; Silva, 2012) e estão diretamente ligadas à precarização da educação pública e ao distanciamento de uma educação democrática e inclusiva, favorecendo interesses corporativos e enfraquecendo o papel social da educação pública no Brasil.

**Palavras-chave:** Educação Pública. Privatização. Organizações privadas. Interesses mercadológicos. Direitos humanos.

## ABSTRACT

This research about the privatization of public education in Brazil, analyses the impact of the policies and programs that promote the transference of the educational management to the private section, with focus on the implications of this process to the basic education. To understand the neoliberal context which shape these policies, authors such as Peroni (2015, 2018), Caetano (2016), Freitas (2012) among others offered the theoretical basis of this research. These reforms, intensified since the nineties and twenties, try to reduce the role of the government in the provision of public services, leaving the educational management to private institutions, transforming education in a commodity. In the basic education, the movement “Todos pela Educação” and private initiatives from banks have a central role in the legitimization of this process, that has resulted in the increasing precariousness of public education, now subordinated to the marketing interests. This transference of management indicates that the Government doesn't want the direct responsibility for education, transferring it to private institutions with profit interests and don't have the compromise of an education with quality. The privatization of schools can be developed in several ways, by offering teachers' formation, by the elaboration of the public curricula for public schools by companies of the educational section (Ball; Youdell, 2008). The conclusions of the study show that these policies of privatization, especially in basic education, propelled by private educational groups are very relevant (Krawczyc, 2008; Silva, 2012) and are directly linked to the precariousness of public education and to the distance of a democratic and inclusive education, favoring interests and weakening the social role of public education in Brazil.

**Keywords:** Public education, Privatization. Private organizations. Market interests. Human Rights.

## **LISTA DE ABREVIÇÕES E SIGLAS**

Associação Parceiros da Educação (APE)

Banco Mundial (BM)

Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

Brasil, Bolsa, Balcão (B3)

Centros Sociais Urbanos – (CSUs)

Comissão de Valores Mobiliários – (CVM)

Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE)

Educação a Distância – (EaD\_

Educação Infantil (EI)

Educação Socioemocional (ESE)

Escola de Engenharia de São Carlos – (EESC)

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP)

Faculdade de Tecnologia, Ciências e Educação – (FATECE)

Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)

Fundo Monetário Internacional (FMI)

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)

Grupo de Pesquisa Relações entre o Público e o Privado na Educação (GPRPPE)

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira” (INEP)

Instituto Ayrton Senna (IAS)

Instituto Florestal (IF)

Instituições de Ensino Superior (IES)

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN)

Manutenção e Desenvolvimento de Ensino (MDE)

Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC)

Ministério da Educação (MEC)

Movimento Todos pela Educação (MTE)

Novo Ensino Médio (NEM)

Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE)

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO)

Organizações Não Governamentais (ONGs)

Parcerias Público-Privada em Educação (PPPE)

Plano Nacional de Educação (PNE)

Prefeitura Municipal de Campinas (PMC)

Professor Coordenador de Área (PCA)

Programa de Atendimento Especial à Educação Infantil (PAEEI)

Programa de Ensino Integral (PEI)

Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)

Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD)

Programa Universidade para todos (ProUni)

Rede Latino-Americana de Organizações da Sociedade Civil para a Educação (Reduca)

Scientific Eletronic Library OnLine – (SciELO)

Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEE-SP)

Secretaria de Estado da Educação de Alagoas (SEDUC-AL)

Secretaria Estadual de Educação de São Paulo (SEDUC-SP)

Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)

Sociedade de Propósito Específico (SPE)

Sistemas Privados de Ensinos (SPEs)

Tecnologias da informação e comunicação (TIC)

Trabalhos de conclusão de curso (TCC)

União das Instituições Educacionais do Estado de São Paulo (UNIESP)

Unidades Escolares (UEs)

Universidade de São Paulo (USP)

Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)

## LISTA DE QUADRO

QUADRO 1: Matriz das dimensões e formas recentes da privatização da Educação Básica a partir de mapeamento da literatura – 1990-2014

63

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 Formação acadêmica e pessoal .....	13
1.2 Justificativa e questões de pesquisa .....	15
1.3 Objetivos.....	17
2 MAPEAMENTO BIBLIOGRÁFICO (2016-2022) .....	17
2.1 Base de dados UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA .....	18
2.2 Base de dados: Plataforma da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.....	19
2.3 Base de dados: Plataforma Scientific Eletronic Library on-line - SCIELO.....	18
3 O CONTEXTO POLÍTICO, EDUCACIONAL E SOCIAL DAS DINÂMICAS NA PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL E APONTAMENTOS.....	29
3.1. O Contexto Político: Neoliberalismo e Redução do Papel do Estado .....	29
3.2. Políticas Educacionais: A Influência de Organismos Internacionais.....	29
3.3. Dinâmicas Sociais e a Desigualdade na Educação .....	30
3.4. Formas de Privatização na Educação Pública .....	30
3.5. Impactos da Privatização na Educação Pública.....	32
4 A IMPORTÂNCIA DA ESCOLA PÚBLICA COMO UM ESPAÇO DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DE CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA E IGUALITÁRIA .....	36
4.1 Entendendo o conceito de Direitos Humanos.....	36
4.2 Fundamentos do direito humano à educação .....	37
4.3 A garantia do acesso, permanência, qualidade e equidade na educação como pilares do direito humano à educação.....	38
4.4 Legislação nacional e internacional que respalda o direito humano à educação.....	39
5 PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL.....	41
5.1 Histórico do processo de privatização do ensino público .....	41
5.2 Principais características e modalidades de privatização presentes na educação brasileira .....	40
5.3 Impactos da privatização no acesso, qualidade e equidade da educação.....	44
6 A MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO .....	46
6.1 A transformação da educação em mercadoria.....	46

6.2	Conceituação e Contextualização .....	46
6.2.1	Impactos na Equidade e Acesso à Educação .....	47
6.2.2	Qualidade e Resultados Educacionais .....	47
6.3	Função Social da Escola.....	48
6.3.1	Regulação e Políticas Públicas.....	48
6.4	O papel das empresas e do mercado na gestão e financiamento da educação .....	48
6.4.1	Gestão Privada e Parcerias Público-Privadas.....	49
6.4.2	Financiamento Privado e Filantropia .....	49
6.4.3	Tecnologias Educacionais e Mercado .....	50
6.4.4	Impactos na Equidade e Qualidade da Educação .....	50
6.4.5	Regulação e Políticas Públicas.....	51
6.5	Consequências da mercantilização para a democratização do ensino .....	51
6.6	Aumneto das desigualdades sociais e educacionais.....	48
6.7	Erosão da autonomia e participação democrática.....	49
6.8	Impactos na Qualidade e na Equidade da Educação.....	52
6.9	Resistência e Alternativas .....	53
7	DESAFIOS E RESISTÊNCIAS .....	53
7.1	Desafios Enfrentados Diante da Privatização da Educação.....	53
7.2	Movimentos Sociais e Resistências em Defesa do Direito Humano à Educação Pública e de Qualidade .....	53
7.3	Experiências e propostas alternativas para uma educação democrática e inclusiva .....	54
	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	55
	REFERÊNCIAS .....	57

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 Formação acadêmica e pessoal

Sou graduado em Ciências Biológicas, Pedagogia, Ciências Sociais, Filosofia, Arte e Geografia, todas licenciaturas, portanto formação docente e especialização *lato sensu* em Educação Ambiental e recursos hídricos: perspectivas para o século XXI (USP-SP) e Psicopedagogia Institucional e Clínica (FATECE – SP). Desde os primeiros períodos da primeira graduação em Biologia, o meu interesse se voltou para a área da Educação, aliás sempre foi um sonho de infância, especificamente Meio Ambiente e Educação Ambiental inicialmente. O tema do meu Trabalho de Conclusão de Curso foi “Utilização da Floresta Estadual de Bebedouro SP como local de abordagem em Educação Ambiental”, em que, desde 2004 iniciei a minha trajetória em Educação, primeiramente como voluntariado no Curso Preparatório para Vestibular – EDUCAFRO e no Instituto Florestal – IF-SP - Floresta Estadual de Bebedouro SP (Horto Florestal), posteriormente remunerado na rede pública e privada de ensino.

O contato com o magistério, enquanto aluno da Educação Básica e o sonho de ser professor, sempre me acompanhou desde muito cedo. Sempre fui apaixonado pela profissão, pelo ofício e pela função – professor.

Atuo na rede pública estadual de ensino – Secretaria Estadual de Educação de São Paulo –desde 2005, inicialmente como professor eventual, substituindo outros professores e, desde então, nunca mais parei. Passei por muitas cidades da região de Bebedouro - SP, Sertãozinho - SP e Ribeirão Preto - SP, nessa empreitada, passando por várias escolas públicas, vivenciei muitas experiências e realidades diferentes. Concomitantemente atuei em Projetos de Educação Ambiental e docência na rede privada de ensino. Primeiramente na Prefeitura Municipal de Bebedouro - SP, com o Projeto ambiental “Dedinho Verde” nos Centros Sociais Urbanos – CSUs – nas periferias da cidade e em instituições privadas como o SENAC - Unidade de Bebedouro - SP e Educandário Santo Antônio também de Bebedouro.

No ano de 2005 ingressei na Escola de Engenharia de São Carlos – EESC (USP - SP), no Curso de Especialização *lato sensu* em Educação Ambiental e recursos hídricos: perspectivas para o século XXI e continuei atuando nessa área, desenvolvendo projetos, palestras, formações e aprendendo a aprender de forma interdimensional a Educação. Atuar nesta área me fez desenvolver a conscientização e sensibilização não tão somente nas questões socioambientais, mas também na minha formação docente e humana. O que é ser professor? Qual é o meu papel no mundo? O que eu posso fazer? O que eu posso mudar? Em que eu posso contribuir? Qual o papel da Educação?

Em 2007, fui convidado a trabalhar com divulgação, venda e representação de cursos na modalidade semipresencial e à distância - EaD, na cidade de Ribeirão Preto – SP para toda aquela região e fora do estado de São Paulo. Foi muito gratificante e extremamente enriquecedor trabalhar nesta empresa chamada EDUCAE (nome fantasia), onde posteriormente assumiria o cargo Coordenador Pedagógico de todos os polos em que ocorriam as formações de professores, em especial licenciaturas em Pedagogia, no total 30 (trinta) cidades. Portanto ingressei no Curso de Pedagogia e depois Psicopedagogia Clínica e Institucional para aprimorar meus conhecimentos atrelando teoria e prática.

Devido à experiência que adquiri na empresa citada, como a mesma tinha parceria com Instituições de Ensino Superior - IES, fui convidado a atuar como docente, ampliando minhas experiências bem como minha rede de contatos. Ao me desligar desta empresa, continuei a atuar nas disciplinas de: Educação Ambiental, Fundamentos da Didática, Didática e Formação Docente, Projetos de Educação Ambiental, Nutrição, Cidadania e Saúde, Fundamentos e Práticas no Ensino de Ciências, Organização e Políticas da Educação Brasileira, Educação, Natureza e Sociedade, Fundamentos do Ensino de Geografia, Educação nas Áreas de Apoio e Serviço Escolar, Gestão Educacional em Ambientes Não escolares, na União das Instituições Educacionais do Estado de São Paulo - UNIESP - e depois se tornou Universidade Brasil, além de orientar Projetos Integradores e trabalhos de conclusão de curso (TCC). Em 2015 participei, como aluno especial, da disciplina: Administração Escolar: teorias e práticas na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – FFCLRP - Universidade de São Paulo, USP, Campus Ribeirão Preto - SP. Atuei também como Professor Tutor na modalidade à distância – EaD na UNISUL - Universidade do Sul de Santa Catarina Virtual - Polo Ribeirão Preto – SP, além de atuar também como Professor Universitário convidado– Faculdade de Tecnologia, Ciências e Educação – FATECE, em Pirassununga - SP no Curso de Pós-graduação em Gestão Ambiental.

Atuar com formação docente é algo extremamente valioso, importante e muito enriquecedor, pois a cada dia proporciona uma experiência nova, um olhar para a Educação, uma nova abordagem, novas estratégias, novas metodologias, novas práticas e um eterno aprender a aprender.

Nos últimos 6 (seis) anos até os dias atuais atuo na Secretaria Estadual de Educação de São Paulo, na minha cidade em Bebedouro - SP, sobretudo, especificamente, no Ensino regular noturno, pois anteriormente morava em Ribeirão Preto - SP e tenho a convicção de que o Curso de Pós-graduação em Processos de Ensino, Gestão e Inovação – *stricto sensu* – Área de Educação: Gestão Educacional – (Mestrado Profissional) da UNIARA – SP, Universidade de Araraquara – SP, muito colaborou e incentivou o desenvolvimento da continuidade do meu trabalho, contribuindo para a minha formação continuada nos processos de gestão educacional, ensino-aprendizagem e formação de professores em

sintonia com as tendências atuais, novas tecnologias de comunicação e informação aplicada aos processos educacionais, bem como enriquecendo minha formação acadêmica, humana, social e questionadora, contribuindo para a minha pesquisa sobre o tema proposto para esta dissertação de mestrado.

Portanto, devido à minha trajetória e as minhas experiências, visando novas possibilidades, compreensão dos processos de gestão educacional, contextualização, aprimoramento, estudos e pesquisas, novas formas de ensinar, bem como novas metodologias, metodologias ativas, exercício da função de ser professor e estar sempre inovando, buscando continuamente ferramentas, métodos, conhecimento e estratégias para a docência, identifiquei-me com a linha de pesquisa “Processos de ensino” inicialmente e cursando, no primeiro semestre do ano de 2022, a disciplina de Bases para elaboração de Projeto de Pesquisa do Programa de Pós-graduação em Processos de Ensino, Gestão e Inovação – *stricto sensu* – Universidade de Araraquara - da UNIARA, migrando para a linha de pesquisa “Gestão educacional” de acordo com o objeto de estudo e pesquisa no decorrer do semestre.

Ressalto que no ano de 2021 fui aluno especial do Programa nas disciplinas: Interações comunicativas na escola e Saberes e Práticas docentes em diferentes componentes curriculares, no qual tive contato com a Instituição de Ensino Superior – IES e com as docentes espetaculares: Prof<sup>a</sup> Dra. Maria Lúcia Dragone e Prof<sup>a</sup> Dra. Dirce Charara Monteiro (Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Processos de Ensino, Gestão e Inovação), que contribuíram de forma significativa e de muita relevância para a minha formação.

Fazer parte da Universidade de Araraquara como aluno regular do Programa de Pós-graduação em Processos de Ensino, Gestão e Inovação – *stricto sensu* – Área de Educação – (Mestrado Profissional) está sendo um grande diferencial para a minha carreira acadêmica, não apenas pela oportunidade de aprender com os melhores e mais capacitados docentes da área, mas também pela troca de saberes, troca de experiências e trocas de informações com os outros alunos.

## **1.2 Justificativa e questões de pesquisa**

Ao longo dos anos, como Professor de Educação Básica II – PEB II, na Secretaria Estadual de Educação de São Paulo – SEDUC – SP, algumas preocupações e inquietações sobre a educação pública e de qualidade me intrigavam. Como atuei em algumas Unidades Escolares – UEs diferentes, nunca a mesma no período de mais de dois anos, percebi diferentes formas de gestão e, por conseguinte, diferentes resultados nos processos de ensino-aprendizagem e índices, mesmo sendo a mesma rede de ensino público

estadual. Daí os questionamentos: Gestão educacional para a prática educativa satisfatória? Falta de investimentos na Educação pública e de qualidade? Privatização da Educação ou Parcerias Público-Privada em Educação – PPPE- para melhoria dos resultados e qualidade? Qual a autoridade nestas parcerias? O Estado transfere para execução de políticas públicas sociais, a estas PPPE e ao terceiro setor? Consumidor ou sujeito social e político do processo educacional? Desinstitucionalização da liberdade docente e do direito à educação pública de qualidade? Administração gerencial para eficiência da Educação? E o Programa de Ensino Integral é o modelo ideal na atual conjuntura educacional do país? Privatizar o sistema educacional ou partes dele resolverá o problema?

Ball e Youdell (2008) discutem como essas tendências podem exacerbar desigualdades sociais ao subordinar a educação aos interesses do mercado global, bem como, esta ideia está relacionada a discussões sobre o impacto da globalização e privatização da educação, que são amplamente explorados em estudos críticos sobre políticas educacionais no Brasil.

Utilizando como palavras-chave: “privatização da educação e parcerias-público-privadas em educação (PPPE)”, “gestão escolar democrática e participativa” e por fim “programa de ensino integral”, temas extremamente complexos e de vasta amplitude, enveredei por caminhos de inquietações que me fizeram buscar respostas para meus questionamentos iniciais já citados acima e desenvolver a pesquisa aqui relatada.

Esses, que podem ser entendidos como focos de interesse de investigação, nasceram do incômodo que sinto quando, insistentemente, percebo o afastamento que a sociedade e até algumas políticas públicas imprimem em relação à Educação pública e de qualidade.

De acordo com o artigo 205 da Constituição Federal Brasileira – 1988,

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Deixa claro que a titularidade pela defesa da educação pública e de qualidade se difunde sobre todos, indistintamente, consolidando-a, não como bem de interesse particular ou público, mas muito mais do que isso, como bem de interesse difuso, e por conseguinte, nos diz no artigo 209 que:

O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:  
I -cumprimento das normas gerais da educação nacional;  
II -autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

Neste panorama, boa parte da sociedade posiciona-se, preocupa-se e induz com isso, um grande debate nacional e internacional sobre educação como atividade política e social complexa e que deve permanecer, em grande parte, se não na totalidade, no setor público e a serviço dos interesses públicos.

### 1.3 Objetivos

Pesquisar em que medida se dá essa privatização da educação pública, expansão das parcerias-público-privadas em educação (PPPE) atreladas a regras de mercado junto ao processo de globalização, redesenhando a educação pública numa sociedade de mercado e redefinições do papel do Estado.

Pesquisando – e obtendo respostas a algumas dessas questões – é coerente pensar que será relevante ao campo da Educação e à comunidade escolar em que atuo, por exemplo, mostrar em quê ou como melhorar essa concepção de gestão educacional e da gestão democrática participativa. E o direito humano à educação que é reconhecido internacionalmente em documentos como a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 (Art. 26) e o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966, que garantem que todos têm o direito de receber uma educação inclusiva, gratuita e de qualidade, ao menos nos níveis básicos. Esse direito visa promover o pleno desenvolvimento humano, a liberdade de pensamento e expressão, a igualdade de oportunidades, e o respeito pelos direitos humanos. A educação deve preparar a pessoa para uma vida digna e cidadã.

Por isso, partimos da hipótese de que mais que informar, discutir e debater estas questões, é preciso deixar claro que Educação é um direito e todos temos fundamental importância nesse processo.

## 2 MAPEAMENTO BIBLIOGRÁFICO (2016 - 2022)

Os questionamentos me levaram a realizar um mapeamento bibliográfico utilizando três palavras-chave: “privatização da educação e parcerias-público-privadas em educação (PPPE)”, “gestão escolar democrática e participativa” e “programa de ensino integral”. As bases de dados consultadas foram as da Universidade de Araraquara – UNIARA; a Plataforma da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e a Plataforma da *Scientific Electronic Library Online* – SciELO.

O mapeamento para cada banco de dados e palavra-chave é apresentado a seguir.

Em relação aos registros do mapeamento, o trabalho exigiu apenas a leitura dos resumos que pudessem oferecer “respostas” aos questionamentos desta pesquisa.

## **2.1 Base de dados UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA**

A base de dados da UNIARA armazena todas as dissertações já apresentadas no Programa de Mestrado profissional. Por isso, a seleção foi orientada primeiramente a partir das palavras-chave: privatização da educação e parcerias-público-privadas em educação (PPPE), gestão escolar democrática e participativa e programa de ensino integral.

Desse modo, para a escolha das dissertações que compõem o mapeamento, foram usados os recursos de análise do título do trabalho, seguido da leitura dos resumos e das palavras-chave das dissertações, além de filtrar a pesquisa para os anos que vão de 2016 até o ano de 2022.

Foram encontradas 22 dissertações para o ano inicial da busca (2016), e nenhuma foi selecionada. Para o ano de 2017, das 25 dissertações encontradas, apenas duas foram selecionadas. No ano de 2018, dos 24 trabalhos encontrados nenhum foi selecionado, o mesmo ocorrendo para o ano de 2019, no qual, foram encontradas 24 dissertações e nenhuma delas foi selecionada. No ano de 2020, o número de trabalhos inseridos na base chegou a 30, mas apenas um foi selecionado. Em relação ao ano de 2021, o número de trabalhos depositados foi de 13, mas apenas um deles era coerente com a minha intenção de pesquisa. E, por fim, no ano de 2022, nas datas da pesquisa, que foram nos dias 11 e 12 de julho de 2022, o número de trabalhos depositados até aquele momento foi de 15, sendo que nenhum deles era coerente com a minha intenção de busca.

Apresentamos, a seguir, as dissertações selecionadas no período 2016-2022 e que poderiam contribuir com o tema desta pesquisa.

A dissertação de Antonioli (2017) trata da utilização das tecnologias da informação e comunicação (TIC) na gestão escolar. A de Agostinho (2017), também do mesmo ano, traz reflexões e estudos sobre a atuação do Professor Coordenador de Área do Conhecimento (PCA) e seus desdobramentos no Programa de Ensino Integral (PEI), da Secretaria Estadual da Educação de São Paulo (SEE - SP) e focaliza o ensino médio.

Outra dissertação selecionada, a de Salandin (2020), analisa a percepção dos integrantes da comunidade escolar sobre a prática da gestão democrática na Cooperativa-Escola, órgão colegiado da ETEC “Orlando Quagliato”, sobretudo no que se refere à participação dos alunos.

No mesmo ano, Santos Netta (2021) abordou o tema “Gestão Democrática, Participativa e Dialógica na EJA e os desafios do ambiente escolar: contribuições para aprendizagens máximas”. A pesquisa foi realizada em uma unidade escolar de Educação de Jovens, Adultos e Idosos, com o objetivo principal de analisar a proposta de trabalho coletivo. Essa abordagem se concretiza por meio de iniciativas como reuniões dos Conselhos de Escola, Conselho de Ano e Série, Comissões Mistas, Tertúlias Dialógicas, Saraus e Encontros Educativos, que promovem a aproximação, a participação e a articulação entre estudantes, professores, equipe gestora e demais profissionais da educação.

Os resumos das dissertações selecionadas na base dos trabalhos da UNIARA, citados acima, foram lidos e analisados e contribuíram com reflexões relevantes, para meu objeto de pesquisa e estudo em uma outra perspectiva.

## **2.2 Base de dados: Plataforma da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES**

Utilizando a palavra-chave “Privatização da educação e parcerias-público-privadas em educação (PPPE)”, em pesquisa realizada no dia 13 de julho de 2022, na plataforma da CAPES, foram encontrados 1.416.588 trabalhos. Após aplicados os filtros dos anos de 2018 a 2020; tipos de trabalho: mestrado e doutorado; área do conhecimento: Humanas/Educação; área de avaliação: Educação; e universidades: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade de São Paulo (USP), foram encontrados 406 trabalhos. Destes, 5 foram selecionados e encontram-se descritos nesta pesquisa.

Os trabalhos descartados não abordavam o tema da pesquisa e/ou o assunto a ser pesquisado.

A prioridade na minha pesquisa não foi a de encontrar trabalhos tão específicos quanto os mencionados acima, mas a “privatização da educação” de maneira geral, ou seja, o que é e como é visto o processo de privatização da educação pública, no cenário atual. Dos 406 trabalhos encontrados, foram consultados os resumos daqueles cujos títulos enveredavam para a minha proposta de pesquisa. Assim, depois de ler alguns resumos, apenas 5 teses e/ou dissertações foram selecionadas.

Embora não seja exatamente sobre o Estado de São Paulo, um dos trabalhos selecionados foi o de Prunier (2018) que abordou a parceria público-privado na Educação Infantil em Porto Alegre - RS, por meio de estudo que considera Instituições de Educação Infantil sem fins lucrativos, tendo como enfoque o trabalho dos profissionais de educação que atuam nessas instituições. A origem da relação público-privado no município remonta à década de 1990 e ocorreu mediante “Termo de Conveniamento” firmado com instituições de educação sem fins lucrativos.

A dissertação de Montano (2018), intitulada “Parceria entre a Administração Pública e as entidades privadas sem fins lucrativos a partir do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) na oferta da Educação Infantil em Porto Alegre”, examina a política de parceria entre o governo municipal de Porto Alegre - RS e a sociedade civil. Essa análise é conduzida à luz da Lei Federal 13.019/2014 e do Decreto Municipal nº 19.775/2017. O estudo explora como o novo marco jurídico redefine a relação entre o poder público e as entidades privadas sem fins lucrativos no contexto da oferta de educação infantil na cidade. A pesquisa investiga a proposta em si, os atores envolvidos e as dinâmicas de poder que permeiam o marco legal em âmbitos nacional e local. A abordagem teórico-metodológica está fundamentada no materialismo histórico e nos referenciais dos estudos do Grupo de Pesquisa Relações entre o Público e o Privado na Educação (GPRPPE). A reflexão sobre o conceito de Estado e a redefinição de seu papel é sustentada pelas contribuições de Vera Peroni (2016) e David Harvey (2005).

Na dissertação de Depieri (2019), foi analisada a atuação do Instituto Ayrton Senna (IAS) no cenário político brasileiro, considerando-o como uma organização representativa de uma fração da classe dominante e investigando suas estratégias na educação pública do país. Por meio de documentos produzidos pelo próprio IAS e uma vasta literatura sobre sua atuação, o estudo buscou compreender a formação histórica de instituições privadas e sua relação intrínseca com o Estado. A hipótese central sugere que o Instituto tem adaptado e complexificado sua atuação no campo educacional, fortalecendo sua interação com o Estado. Essa atuação combina ações diretas nas escolas públicas com relações institucionais envolvendo o capital empresarial, consolidando sua influência na formulação de políticas públicas ao longo do tempo. Sob o discurso de melhorar a qualidade do ensino, organizações como o IAS têm promovido parcerias público-privadas, implementado programas curriculares em escolas e participado diretamente da elaboração de políticas públicas, em um processo cada vez mais estruturado de privatização da educação.

É possível estabelecer uma relação de proximidade quanto aos trabalhos de Costa (2021) e Andrade (2020) no que diz respeito às pesquisas de financiamento e privatização da educação básica e pública, sob o olhar mercadológico e empresarial, sendo que a primeira trata do objetivo de investigar a migração de conglomerados educacionais para o segmento da Educação Básica. A partir da não autorização da fusão entre Kroton e Estácio, barrada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), e da crise do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), especialmente a partir de 2015, observamos novas estratégias mercadológicas destes grupos, e de outras grandes corporações sob o controle de fundos de investimentos, como a expansão para o segmento de educação à distância e aquisições de escolas e produtos voltados para a Educação Básica. A pesquisa colige informações – Censo da Educação Básica e Superior do INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio

Teixeira, que é um órgão do Ministério da Educação (MEC) do Brasil, responsável por realizar avaliações e exames educacionais, como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), além de desenvolver estudos e pesquisas sobre a educação no país, o Jornal Valor, conhecido como Valor Econômico, é um dos principais jornais de economia e negócios do Brasil em seus Relatórios da CVM/ B3 , CADE, entre outros, comprovam que a Educação Básica tornou-se um nicho de crescimento em âmbito privado e público, através, principalmente do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD).

Já a dissertação de Andrade (2020) analisa e discute de forma crítica os resultados de uma pesquisa sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Novo Ensino Médio (NEM), com foco tanto no conteúdo dessas políticas quanto na forma como foram conduzidas por grupos organizados, historicamente engajados em influenciar as políticas públicas de educação no Brasil. Fundamentada no referencial teórico-metodológico histórico-dialético, a pesquisa buscou compreender a lógica intrínseca e funcional do objeto, cuja implementação ocorreu em um contexto de crise de hegemonia, seguido pelo fortalecimento de um novo período de crise orgânica no capitalismo brasileiro.

As pesquisas identificadas acima, apontam para um debate extremamente relevante sobre o tema da minha pesquisa sobre a questão da educação pública para todos pública e gratuita.

### **2.3 Base de dados: Plataforma da *Scientific Eletronic Library On-line* – SciELO**

Utilizando a palavra-chave “Privatização da educação e parcerias-público-privadas em educação (PPPE)” em pesquisa realizada na Plataforma da *Scientific Eletronic Library OnLine* - SciELO, no dia 13 de julho de 2022, foram encontrados 43 trabalhos. Em seguida, foi aplicado o filtro na aba Coleção: “Brasil” e depois foram incluídos os filtros dos anos: 2015 a 2020, além do idioma: “Português”. Após a aplicação de todos os filtros, o resultado foi de 43 trabalhos encontrados, dos quais, após análise de título e resumo, foram selecionados 26 artigos relacionados ao tema desta pesquisa.

O primeiro artigo foi escolhido por sua investigação sobre as principais tendências da expansão do ensino superior no Brasil entre 1995 e 2010, estruturada em quatro eixos principais. Inicialmente, aborda o crescente processo de privatização, evidenciado tanto pela expansão de instituições privadas com fins lucrativos quanto pela mercantilização de instituições públicas. De acordo com Mancebo, Vale e Martins (2015), após análise dos dados, concluiu-se que ocorreram mudanças significativas em todos esses aspectos, impulsionadas por um modelo orientado pela lógica de mercado. Esse modelo racionaliza os gastos públicos por meio de parcerias entre o Estado e o setor privado, além de transformar direitos e conquistas sociais em serviços submetidos a um intenso processo de mercantilização.

Já o trabalho de Klees e Edwards Jr (2015) focaliza analisar as medidas de privatização da educação adotadas nos Estados Unidos no marco do neoliberalismo, as produções elaboradas a esse respeito e o papel de indução às políticas privatistas do Banco Mundial. Os autores destacam que, em virtude da introdução de uma perspectiva gerencialista, por décadas, políticas privatistas têm causado danos incalculáveis a crianças e adolescentes, lesados no acesso à escolaridade em virtude de cortes orçamentários. Não há evidências de que *charters* ou *vouchers*<sup>1</sup> melhorem os resultados ou a eficiência das escolas, mas há evidências de que os *vouchers* exacerbam desigualdades. Argumentos de apoio a financiamento baseado em resultados podem parecer superficialmente sensíveis, mas ignoram quatro décadas de prática que evidenciam seu fracasso.

Adrião et al. (2016) realizaram uma análise baseada em documentos oficiais, institucionais e entrevistas com gestores municipais, investigando a atuação de cinco grupos empresariais em redes municipais de educação básica. O objetivo era compreender os impactos da adoção de sistemas privados de ensino por municípios brasileiros, especialmente no uso de recursos públicos vinculados à educação e na garantia do direito à educação. O estudo revelou que, embora o Estado tenha ampliado sua oferta educacional nas últimas décadas, isso não resultou na redução do mercado educacional. Pelo contrário, grupos empresariais encontraram novas formas de lucrar, não apenas com matrículas em escolas privadas, mas também através de parcerias com o setor público, promovendo uma lógica mercantil que transforma estudantes em commodities e prioriza custo-benefício.

Um exemplo citado é a adoção de Sociedades de Propósito Específico (SPEs), defendidas como soluções eficientes para questões como a escassez de professores qualificados, mas que, na prática, desviam recursos públicos para o lucro de corporações. Essa prática contradiz os objetivos constitucionais da política educacional, aumentando desigualdades e exclusões. Adrião et al. destacam que a disseminação das SPEs representa uma vertente importante da privatização da educação no Brasil, criando um mercado competitivo entre empresas que disputam contratos com municípios. Promover o debate sobre essas questões éticas, segundo os autores, pode resultar em decisões mais equitativas.

O artigo de Barbosa (2016) aborda o homeschooling, analisando-o como uma escolha individual das famílias, que preferem educar seus filhos em casa em vez de enviá-los à escola. Com o aumento desse movimento no Brasil, cresce também a pressão por mudanças legislativas que regulamentem essa prática. A discussão foca no significado da educação no contexto do Estado Democrático de Direito e nas

---

<sup>1</sup> *charters* ou *vouchers* - ambos os sistemas visam promover a escolha dos pais e incentivar melhorias nas escolas, mas geram debates sobre sua eficácia e impactos na equidade e financiamento da educação pública.

implicações do homeschooling para a privatização da educação, contrapondo-se à ideia da educação como um bem público.

Pinto (2016) investigou mecanismos de transferência de recursos públicos para o setor privado no Brasil, analisando casos como o Sistema “S”, o Pronatec, convênios para educação infantil e especial, renúncias fiscais (ex.: ProUni) e subsídios ao financiamento estudantil (FIES). Já Croso e Magalhães (2016) analisaram a privatização da educação na América Latina, destacando seus impactos sobre a realização da educação como um direito humano universal e defendendo o fortalecimento dos sistemas públicos de ensino para promover democracia, igualdade e cidadania.

Pinto e Adrião (2016), em seu dossiê, discutem a privatização da educação no Brasil e no mundo como parte de um movimento global de busca por novas formas de acumulação de capital. O material busca fornecer subsídios teóricos e empíricos para resistir a essa tendência e reforçar a educação pública como um direito humano universal, essencial para a democracia.

O trabalho de Caetano e Peroni (2016) analisou as relações entre o público e o privado no Projeto “Jovem de Futuro” do Instituto Unibanco, examinando a influência de redes globais e atores como instituições filantrópicas nas políticas educacionais. A privatização do público é vista como uma ameaça à democratização da educação e à efetivação do direito à educação no Brasil, que ainda enfrenta desafios na construção da democracia e na garantia de um ensino público de qualidade para todos.

Borghi e Bertagna (2016) concluíram em sua pesquisa, que apresenta e discute dados referentes ao atendimento conveniado na educação infantil nas regiões administrativas brasileiras. Além do estudo bibliográfico sobre a temática, realizaram um levantamento acerca do número de municípios brasileiros de cada estado da Federação com matrículas conveniadas de educação infantil por meio dos dados disponíveis no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), referentes ao ano de 2013. O objetivo foi discutir a atuação do setor privado no atendimento da educação infantil. Pode-se concluir que a educação é, efetivamente, um direito essencial de cada cidadão.

Tripodi e Sousa (2018) apresentam artigo sobre a noção de permeabilidade como categoria analítica que auxilia o exame de dinâmicas de privatização presentes em iniciativas atuais na educação básica. O conceito de permeabilidade refere-se aqui à natureza de padrões relacionais forjados na implementação de políticas educacionais. Remete-se à sistematização de algumas iniciativas em curso no Brasil, no âmbito do processo de privatização, aponta para uma tendência de intensificação de usos de ferramentas gerenciais, mas também para a expansão da oferta educacional por atores privados em diferentes formatos jurídico-legais, agora cobrindo estratos escolares considerados obrigatórios.

Lima (2019) publicou artigo que analisou algumas das mais importantes características das políticas educativas contemporâneas, especialmente aquelas que têm sido introduzidas pelas reformas gerencialistas da educação pública. Concluiu que a competitividade exacerbada pela pedagogia empreendedora e pelas correspondentes práticas de emulação nas escolas pode vir a resultar numa pedagogia contra o outro e numa educação alienante e desumanizada.

No trabalho de Caetano e Mendes (2020), observa-se que, neste estudo, debruçam-se sobre a análise da atuação dos *think tanks* pró-mercado na área educacional na América Latina. É imprescindível à academia dar atenção ao movimento realizado por instituições que pretendem definir os rumos da educação em uma região do planeta tão diversa e com tantas fragilidades ainda a serem enfrentadas na formação dos estudantes. Com o propósito de investigar quem são e como atuam, este estudo discute a atuação dos *think tanks* pró-mercado e analisa a Rede Latino-Americana de Organizações da Sociedade Civil para a Educação (Reduca) e sua articulação com o empresariado e Organismos Internacionais. A educação é uma área que tem recebido maior atenção dessas organizações nas últimas décadas, intensificando os interesses privados na condução da política educativa latino-americana.

Araujo e Nascimento (2020) analisam o programa “Educação Já!”, lançado em 2018 como o mais recente instrumento de incidência do Todos Pela Educação na definição e articulação de políticas que são centrais à instituição do Sistema Nacional de Educação, tais como o financiamento, o pacto federativo, o regime de colaboração, as políticas de formação de professores, o currículo, a avaliação e a gestão pública. Sendo que, neste artigo, as considerações finais indicam que o Todos Pela Educação tem levado a termo um projeto de privatização da educação por meio da articulação entre base, ensino, avaliação e responsabilização, a partir da proposta de uma normativa do Sistema Nacional de Educação que incorpore a racionalidade do mundo corporativo.

Peroni e Oliveira (2020) analisam as relações entre o público e o privado, mais especificamente a privatização na educação, por meio da parceria da Secretaria de Estado da Educação de Alagoas (Seduc/AL) com a Fundação Lemann - curso Gestão para Aprendizagem, direcionado aos gestores escolares, com foco na gestão de resultados, reforçando o modelo gerencial de gestão na escola e as implicações para a democratização da educação. Sendo que, os dados coletados nos levaram a identificar a ênfase na gestão gerencial, em detrimento da gestão democrática, como parte do pressuposto neoliberal de que o público vai mal e o mercado tem que ser o padrão de qualidade, nos permitindo afirmar que a gestão gerencial tem assumido a direção das escolas públicas de Alagoas, com a imposição de ações padronizadas e rotinas pré-estabelecidas, retirando da escola sua autonomia administrativa e pedagógica.

Ceccon e Drabach (2020) retratam neste artigo os resultados de pesquisa concluída sobre a participação das instituições sem fins lucrativos na oferta de vagas na Educação Infantil (EI) sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Campinas (PMC), no período de 2007 a 2018. Objetivaram compreender a natureza e a atuação dessas instituições no atendimento da EI à luz dos processos de privatização da Educação Básica. Além disso, evidenciou-se a opção da PMC pela expansão da oferta privada da EI por meio das instituições sem fins lucrativos em detrimento da oferta pública direta.

Complementa-se o artigo anterior com este outro artigo de Domiciano e Adrião (2020), que considera a defesa pela efetivação do direito à educação como pauta histórica das educadoras e educadores, pesquisadoras e pesquisadores, movimentos sociais e entidades coletivas brasileiras. Em um avanço inédito, mesmo quando comparado a países desenvolvidos, a Constituição Federal de 1988 garantiu a creche e a pré-escola como direito da criança e dever do Estado, sendo inegáveis os avanços decorrentes dessa declaração constitucional nos últimos trinta anos, como por exemplo, expansão do acesso, garantia de financiamento público e reconhecimento da criança como sujeito de direitos, condições estas reafirmadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei 8.069/1990), pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) 9.394/1996 e pela inscrição da educação infantil na política de financiamento da educação a partir do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), em dezembro de 2006.

Nesta conjuntura, na qual o Congresso debate o NOVO - Fundeb - e, novamente, somos convocados a refletir e incidir na defesa da educação infantil como direito dos pequenos/as e adequado a seus interesses e necessidades -, a Educação em Revista publica este dossiê, cujo conteúdo, acreditamos, contribui para o avanço das pesquisas sobre políticas públicas para a primeira infância, para o diálogo informado entre pesquisadoras e pesquisadores do tema e para a concretização deste direito humano a todas as nossas crianças.

Vilarinho (2020) aborda políticas de Educação de Infância em Portugal destacando o papel do Estado, quer como promotor de políticas públicas que tendem a consolidar o direito à educação, quer como favorecedor e impulsionador de dinâmicas de privatização da e na Educação de Infância. A partir da análise de documentos oficiais (1997-2018) e de um estudo de caso, a pesquisa revela que o Estado concebeu o sistema de Educação e Cuidado e definiu políticas e estratégias diferenciadas de provisão, financiamento e governação em relação às creches e aos jardins de infância. Indica ainda que, nas últimas décadas, as articulações entre o público e o privado são marcadas por orientações de pendor neoliberal e de terceira via que reformulam as redes existentes, consolidam parcerias, redefinem ou introduzem novos processos de regulação, de financiamento e potenciam a presença de novos atores privados. Finalmente,

discutiu-se os efeitos dessas políticas no quadro dos direitos da criança, da democratização e da igualdade em educação.

Adrião, Lopes e Ramos (2020), neste artigo, analisam a atuação dos governos estaduais de Alagoas e Maranhão na destinação dos recursos em Manutenção e Desenvolvimento de Ensino (MDE) para o atendimento à educação infantil. Os estados foram selecionados tendo em vista o baixo PIB per capita, condição que exigiria maior participação dos governos estaduais em acordo com o regime de colaboração para a efetivação do atendimento educacional nesta etapa. A apreciação reforça a necessidade de mais estudos sobre gastos educacionais efetuados por municípios.

Em Domiciano (2020) analisamos os efeitos da transferência da gestão de Centros de Educação Infantil do setor público para o privado para o atendimento à Educação Infantil pública em Campinas-SP. Os aportes financeiros para a sua consecução provinham do governo municipal, por meio da aprovação do Programa de Atendimento Especial à Educação Infantil (PAEEI) no ano de 2007. Sendo que, os resultados mostraram que o PAEEI materializou tendências relacionadas à Nova Gestão Pública, abrindo espaço para a constituição de uma “rede” de provedores privados, os quais, além de disputarem a gestão e os recursos públicos, se tornaram atores de destaque na execução da política de Educação Infantil campineira; isso provocou desigualdades no atendimento à criança pequena e direcionou esta etapa da educação básica sob o interesse do setor privado, movimento que denominamos de privatização.

No artigo de Silva (2020), tendo como referência antinomias e paradoxos da democracia no tecido social contemporâneo, este artigo discute algumas mutações do neoliberalismo britânico a partir da gestão da coalizão do *Conservative/Liberal Democrat*. As análises têm como foco a potencialização das políticas neoliberais na educação pública inglesa, por meio dos programas *sponsored academies* e *multi-academy trusts*. A partir de dados coletados em fontes bibliográficas, documentos e legislações, enfocamos a intensificação da lógica mercantil nas reformas da Educação Secundária da Inglaterra e problematizamos a redefinição do sentido público da escola pública no contexto britânico, o qual tem sido referência para muitos estados-nações.

Peroni (2020) traz elementos para o debate de como as particularidades do neoliberalismo (pós-crise de 2008) e suas relações com o neoconservadorismo redefinem as fronteiras entre o público e o privado, além de se materializarem nas políticas de educação básica no Brasil. Os processos de privatização do público podem ocorrer via execução e direção, nas quais o setor privado atua diretamente na oferta da educação, ou quando a atuação do privado ocorre na direção das políticas públicas ou das escolas, sendo que a propriedade permanece pública, mas o privado define seu conteúdo, com grandes

implicações para a construção de uma sociedade democrática, pelo importante papel da educação nesse processo.

Cássio *et al.* (2020) analisam a parceria público-privada entre a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEE-SP) e a Associação Parceiros da Educação (APE) em torno do Programa Educação - Compromisso de São Paulo, no período 2015-2018. A parceria serviu como modelo de estudo das relações público-privadas na educação, à luz dos conceitos de neoliberalização e heterarquização. Utilizando um algoritmo capaz de inferir redes políticas a partir de documentos físicos digitalizados, identificamos três dinâmicas de complexificação da privatização da educação em São Paulo: 1) a incorporação da APE na estrutura de governança da educação pública; 2) a porosidade entre políticas educacionais e a mobilidade da APE para além do escopo inicial da parceria; e 3) a atuação da APE na ampliação da rede de governança, atuando como *boundary spanner* e facilitando a entrada de outras organizações privadas.

Já no trabalho de Santos e Chaves (2020), a privatização da educação superior brasileira se fundamenta no discurso ideológico da impossibilidade de financiamento do setor estatal. Como solução, aponta-se o estabelecimento de parcerias público-privadas. O objetivo deste artigo é apresentar análise sobre a articulação de atores privados no direcionamento das políticas que visam ao fortalecimento da privatização do setor. O texto resulta de pesquisa documental, orientada por uma perspectiva crítica. Conclui-se que o processo de privatização da educação superior é multifacetado e interage com uma rede de governança fortemente relacionada com os empresários da educação e as conectividades com os organismos transnacionais.

Silva e Oliveira (2020), no seu trabalho, buscam focar nas principais tendências no âmbito da privatização da educação em 24 países africanos considerados frágeis pela Parceria Global para a Educação, comparando as diferenças e os pontos em comum. Com esse objetivo, recorre-se a um corpus documental para a realização de análise de conteúdo dos dados invocados, de modo a evidenciar o conteúdo manifesto. A análise realizada permite inferir que predomina, nos diferentes países, a perspectiva da privatização da educação planejada em detrimento da *de facto*, e constatar que, quando os documentos mencionam a gestão privada, referem-se, principalmente, à comunidade/aos pais. Concluiu-se que predomina a perspectiva de que as decisões são baseadas em evidências científicas, existindo, contudo, cinco países considerados atípicos.

Para encerrar a seleção dos artigos encontrados a partir da palavra-chave “privatização da educação”, o trabalho a que faço referência é o de Macedo e Araújo (2020). Nele, as autoras, abordam parte da sociologia da educação para documentar e teorizar dimensões sociais, culturais e políticas da educação de jovens adultos da elite econômica em uma escola privada, que foi criada em reação à

educação em massa e como forma de garantir às elites a distinção anteriormente fornecida pelo acesso em exclusivo à educação pública. O artigo traz contextos e consequências associadas à ascensão da privatização, com base em uma incursão etnográfica durante mais de dez anos em uma escola privada no Norte de Portugal, complementada por grupos focais com jovens adultos no ensino secundário. Destacam-se as formas como esse grupo de elite econômica constrói os seus laços sociais e significados no interior da escola. Admite-se que a educação privada molda e reforça o *status* das elites econômicas. Entretanto, tensões entre desigualdade e privilégio podem surgir no decurso desse processo. Argumentamos que se há uma ação individual na interpretação e construção da realidade social, essa escola tem um impacto especial nos estudantes, como membros da elite global. Por meio desse contexto educacional, que muitas vezes reforça as expectativas de *status* e de mobilidade ascendente das famílias, através da educação, esses alunos são seduzidos pelo (poder do) consumo e a maioria deles quer participar do mercado de trabalho e da concorrência nacional e internacional.

Sendo assim, é possível afirmar que existe uma gama de assuntos e tendências para refletirmos sobre o debate sobre a privatização da educação.

### **3 O CONTEXTO POLÍTICO, EDUCACIONAL E SOCIAL DAS DINÂMICAS NA PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL E APONTAMENTOS**

O processo de privatização da educação pública no Brasil, especialmente no Ensino Básico, reflete um conjunto de fatores históricos, políticos e econômicos que transformaram as políticas educacionais ao longo das últimas décadas. É crucial analisar como o Estado tem promovido a inserção do setor privado na educação pública, através de parcerias e programas que favorecem a lógica de mercado, comprometendo a garantia de uma educação pública, gratuita e de qualidade. Este movimento leva a uma mercantilização do ensino, transformando a educação em um produto a ser consumido e não em um direito social garantido pela Constituição Federal (Brasil, 1988).

#### **3.1 O Contexto Político: Neoliberalismo e Redução do Papel do Estado**

Desde os anos 1990, o Brasil tem implementado políticas neoliberais, influenciadas pela pressão de organismos internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), que condicionaram empréstimos e financiamentos à adoção de reformas estruturais. Essas reformas foram baseadas em princípios como a desregulamentação, a privatização de serviços públicos e a redução do papel do Estado. No campo educacional, essas diretrizes fomentaram a ideia de que o setor privado poderia contribuir para a melhoria da qualidade e eficiência da educação, promovendo a transferência de responsabilidades antes exclusivas do Estado para a iniciativa privada (Gentili, 1996).

O neoliberalismo defende que o mercado é o agente mais eficiente na alocação de recursos e na provisão de serviços, o que levou à adoção de políticas de privatização e terceirização de funções educacionais. No entanto, essa lógica tem consequências profundas, uma vez que a educação passa a ser tratada como uma mercadoria, cujos benefícios são acessíveis apenas para aqueles que podem pagar por eles, exacerbando desigualdades já existentes (Harvey, 2007).

#### **3.2 Políticas Educacionais: A Influência de Organismos Internacionais**

A intervenção de organismos internacionais na formulação das políticas educacionais brasileiras não pode ser ignorada. O Banco Mundial, por exemplo, promove a ideia de que a educação é um fator de desenvolvimento econômico, mas sob uma perspectiva utilitarista, que busca formar mão de obra qualificada para atender às demandas do mercado global (Ball, 2012). Essas diretrizes resultam na implementação de reformas curriculares que priorizam habilidades e competências voltadas para a empregabilidade, em detrimento de uma formação crítica e integral.

Os programas de avaliação em larga escala, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), foram instituídos para monitorar o desempenho das escolas. Embora sejam instrumentos importantes para medir a qualidade do ensino, eles acabam por reforçar uma cultura de competição e resultados quantificáveis, promovendo práticas de gestão empresarial nas escolas, que se afastam da realidade e das necessidades específicas dos estudantes (Freitas, 2012).

### **3.3 Dinâmicas Sociais e a Desigualdade na Educação**

O contexto social brasileiro é marcado por uma profunda desigualdade que se reflete na distribuição de recursos educacionais. As disparidades regionais e socioeconômicas geram um abismo no acesso e na qualidade da educação, criando um ambiente em que o setor privado encontra espaço para se expandir. Para as famílias de maior renda, as escolas particulares são uma opção para garantir uma educação de qualidade, enquanto a população de baixa renda depende da rede pública, frequentemente marcada pela precariedade (Saviani, 2009).

Nesse contexto, empresas privadas e ONGs se apresentam como parceiras do Estado para oferecer soluções para a melhoria da educação, através da implementação de tecnologias educacionais, programas de capacitação e parcerias público-privadas (PPPs). Contudo, essas iniciativas tendem a priorizar interesses empresariais, em vez de responderem às necessidades reais do sistema educacional público (Oliveira, 2003).

### **3.4 Formas de Privatização na Educação Pública**

As formas de privatização da educação pública no Brasil podem ser observadas tanto de maneira direta quanto indireta, manifestando-se por meio de diversos mecanismos que alteram o papel tradicional do Estado na gestão e provisão dos serviços educacionais. Essas estratégias incluem, por exemplo, as Parcerias Público-Privadas (PPPs), que têm se tornado uma modalidade cada vez mais comum no cenário educacional brasileiro. Por meio das PPPs, o Estado celebra contratos com empresas privadas para a construção, manutenção e, em alguns casos, até a operação de instituições escolares. Essa transferência de responsabilidades, que historicamente cabiam ao poder público, é frequentemente justificada com o argumento de que parcerias com o setor privado poderiam aumentar a eficiência e reduzir os custos operacionais, porém, o impacto dessa prática na qualidade do serviço público é controverso. Marcucci (2018) discute que, embora as PPPs possam trazer benefícios logísticos, elas também podem levar à

precarização dos serviços, uma vez que o foco na redução de custos tende a comprometer a qualidade das condições de ensino e aprendizagem.

Além das PPPs, outra forma significativa de privatização é a terceirização de serviços educacionais. Nesse contexto, empresas são contratadas para gerir escolas, desenvolver currículos, fornecer materiais didáticos e até mesmo atuar na formação continuada dos professores. Segundo Adrich (2010), essa prática pode acarretar a desvalorização dos educadores, pois as empresas terceirizadas frequentemente priorizam soluções padronizadas e econômicas, em detrimento da inovação pedagógica e da autonomia docente. A lógica empresarial aplicada à educação tende a transformar o ambiente escolar em um espaço de produção de resultados quantificáveis, orientando o processo educacional para metas de desempenho que, muitas vezes, não consideram as especificidades culturais e sociais dos alunos.

A adoção de tecnologias educacionais desenvolvidas por empresas privadas também representa uma forma de privatização que se infiltra de maneira indireta no cotidiano escolar. A implementação de plataformas digitais e outros recursos tecnológicos no processo de ensino-aprendizagem tem sido amplamente promovida sob a justificativa de modernização e melhoria da qualidade educacional. No entanto, Santos (2014) argumenta que essa integração frequentemente ocorre sem uma avaliação crítica dos impactos sobre a autonomia das escolas e sobre a formação dos alunos, o que pode resultar em dependência tecnológica e na padronização dos conteúdos e metodologias. Esse modelo favorece interesses comerciais, transformando a educação em um mercado lucrativo para as empresas fornecedoras de tecnologia.

Por fim, o financiamento privado da educação pública, muitas vezes realizado por meio de doações, patrocínios ou apoio a projetos específicos, tem se intensificado. Empresas e fundações privadas, ao financiarem programas e iniciativas educacionais, adquirem poder de influência sobre a gestão escolar e a definição das políticas educacionais. Esse modelo de financiamento, além de comprometer a autonomia do sistema educacional, coloca em risco a universalidade do acesso à educação de qualidade, uma vez que os interesses dos financiadores podem não estar alinhados com as necessidades reais dos alunos e da sociedade. A lógica por trás desse financiamento tende a priorizar iniciativas que oferecem retorno mercadológico ou visibilidade para as empresas, em vez de atender às demandas educacionais mais urgentes.

Essas formas de privatização, quando analisadas em conjunto, indicam uma tendência de deslocamento das responsabilidades do Estado para o setor privado, o que compromete a função social da escola pública e aprofunda as desigualdades educacionais. O debate sobre a privatização da educação deve, portanto, incluir uma análise crítica das consequências dessas práticas, considerando não apenas os aspectos econômicos, mas também os impactos sociais e pedagógicos que elas promovem.

### **3.5 Impactos da Privatização na Educação Pública**

A privatização da educação pública no Brasil tem gerado impactos significativos, que se refletem tanto na ampliação das desigualdades educacionais quanto na transformação dos princípios pedagógicos que orientam o ensino. Um dos principais efeitos observados é a intensificação das disparidades regionais e sociais. Parcerias público-privadas (PPPs) e outras iniciativas privadas frequentemente concentram investimentos em áreas e escolas que já possuem melhores condições, ampliando a lacuna existente entre as instituições de ensino mais e menos favorecidas. Martins (2015) destaca que essas práticas tendem a reforçar o ciclo de exclusão, beneficiando escolas que conseguem atrair parcerias e investimentos, enquanto as escolas localizadas em regiões economicamente desfavorecidas ou em áreas rurais, por exemplo, permanecem com infraestrutura inadequada e menos acesso a recursos pedagógicos modernos. Nesse contexto, o direito à educação de qualidade, que deveria ser universal, torna-se seletivo, aprofundando as desigualdades de acesso e oportunidades.

A mercantilização do ensino é outra consequência preocupante do processo de privatização. A lógica do mercado impõe uma visão utilitarista à educação, transformando o conhecimento em um produto voltado para o consumo imediato e a empregabilidade. Meksenas (2002) argumenta que essa orientação comercial desloca o foco da formação integral e crítica dos alunos para a preparação de mão de obra, com ênfase em competências e habilidades específicas para o mercado de trabalho. Esse modelo educativo prioriza resultados quantificáveis, como notas em exames padronizados, em detrimento do desenvolvimento de um pensamento crítico, capaz de fomentar a participação cidadã e a transformação social. A educação, ao ser tratada como uma mercadoria, perde sua dimensão emancipatória e se torna um meio de reprodução das estruturas socioeconômicas vigentes, limitando o potencial de transformação da sociedade.

Além disso, a privatização tem gerado impactos significativos nas condições de trabalho dos professores, contribuindo para a precarização do trabalho docente. A entrada do setor privado na gestão de serviços educacionais tem sido associada à redução dos salários, corte de benefícios e aumento da carga de trabalho dos educadores. Cunha (2007) ressalta que essa dinâmica, impulsionada pela busca por

eficiência e redução de custos, frequentemente resulta na limitação da autonomia pedagógica dos professores, que passam a seguir programas e métodos pré-determinados, sem espaço para adaptações que considerem as necessidades específicas dos alunos. Isso desvaloriza a função docente, transformando o professor em mero executor de conteúdos, e afeta negativamente a qualidade do ensino, pois a criatividade e a capacidade de inovar no processo de ensino-aprendizagem são reduzidas.

Portanto, os impactos da privatização na educação pública vão além das questões econômicas, abrangendo efeitos sociais, pedagógicos e profissionais. Esse processo reforça as desigualdades estruturais, mercantiliza o conhecimento e deteriora as condições de trabalho docente, configurando um cenário que exige um debate crítico e políticas públicas comprometidas com a reversão dessas tendências e a garantia de uma educação pública de qualidade para todos.

A influência de organismos internacionais como o Banco Mundial, a UNESCO e a OCDE nas políticas educacionais brasileiras reflete a adoção de um paradigma que valoriza a eficiência, a competitividade e a padronização como princípios norteadores da educação. Ao promoverem agendas globalizadas, essas organizações frequentemente incentivam reformas que priorizam a formação voltada para o mercado, a avaliação padronizada e a gestão empresarial das instituições de ensino. Embora forneçam diagnósticos relevantes e ofereçam recomendações com o objetivo de melhorar o sistema educacional, suas propostas muitas vezes desconsideram as especificidades culturais, sociais e econômicas do Brasil, resultando em políticas que nem sempre se adaptam à realidade do país.

A adoção de modelos padronizados favorecidos por esses organismos pode empobrecer o currículo, que acaba focado em habilidades e competências direcionadas para o desempenho em avaliações padronizadas e para a empregabilidade, em detrimento de uma formação integral. Nesse sentido, a diversidade cultural brasileira e a necessidade de formação crítica são desconsideradas, limitando o papel da educação em promover a cidadania ativa e a compreensão das questões sociais. O sociólogo Michael Apple (2006) aponta que a imposição de modelos gerenciais e de avaliações padronizadas tende a reconfigurar a educação em termos utilitaristas, focando em resultados quantificáveis e na eficiência administrativa, o que reduz o espaço para uma pedagogia que valorize a autonomia e o pensamento crítico.

Além disso, a ênfase na gestão empresarial das escolas, frequentemente promovida por reformas educacionais inspiradas em modelos internacionais, acaba por reduzir o papel do Estado na gestão educacional. Essa tendência fragiliza a responsabilidade pública pela educação, transformando-a em uma mercadoria e abrindo espaço para a entrada de interesses

privados na formulação de políticas. Apple (2006) e Ball (2003) discutem como a gestão empresarial na educação promove um enfoque na competitividade e na eficiência, características típicas do mercado, mas que não necessariamente se traduzem em melhorias reais na qualidade do ensino.

Nesse contexto, a valorização do papel do Estado se torna crucial. Reafirmar a responsabilidade estatal na garantia de uma educação pública, gratuita e de qualidade implica a realização de investimentos adequados e a implementação de uma gestão democrática, que atenda de fato às necessidades reais da população. Uma política educacional comprometida com a equidade e a inclusão deve resistir às pressões para adotar modelos que favoreçam o setor privado em detrimento do interesse coletivo. Isso inclui fortalecer a gestão democrática nas escolas, promovendo a participação da comunidade escolar nas decisões, de modo que estas reflitam os interesses da maioria e não os de grupos econômicos específicos. A presença ativa de conselhos escolares e espaços de diálogo são mecanismos importantes para assegurar uma gestão que seja inclusiva e participativa.

Ademais, o currículo escolar deve ser orientado para promover a formação integral dos alunos, desenvolvendo não apenas habilidades técnicas, mas também o pensamento crítico e a compreensão das questões sociais, de forma que os estudantes sejam capazes de intervir na realidade. Essa perspectiva vai de encontro à lógica instrumental que privilegia a empregabilidade imediata e os resultados de curto prazo. Como aponta Saviani (2008), a educação deve contribuir para a formação de sujeitos críticos e conscientes, capazes de participar ativamente na construção de uma sociedade mais justa.

A valorização dos profissionais da educação também é um aspecto fundamental nesse processo. Investir na formação continuada, na valorização salarial e nas condições de trabalho dos educadores é essencial para garantir a qualidade do ensino. Os professores são agentes chave na promoção de uma educação transformadora, e a precarização de seu trabalho compromete a possibilidade de realizar uma prática pedagógica que vá além da mera transmissão de conteúdos, como argumenta Tardif (2002).

Finalmente, resistir à mercantilização da educação requer a mobilização de movimentos sociais, sindicatos e organizações da sociedade civil. A defesa de uma educação pública de qualidade, entendida como um direito fundamental e um bem comum, exige um esforço coletivo para pressionar os gestores públicos a priorizar políticas que combatam as desigualdades e promovam a inclusão social. É fundamental que o debate sobre o modelo

educacional considere a função social da escola e a necessidade de formar cidadãos críticos e participativos, em vez de limitar-se a atender às demandas do mercado.

Portanto, a influência de organismos internacionais e a adoção de políticas favoráveis ao setor privado têm comprometido a função social da educação pública no Brasil. As reformas que priorizam a padronização e a gestão empresarial frequentemente resultam em um currículo restrito e na desvalorização dos professores, desviando o foco da formação acadêmica e crítica. É urgente promover um debate amplo e crítico sobre o modelo educacional que desejamos, priorizando uma educação que atenda às necessidades da sociedade como um todo, e não apenas aos interesses de grupos econômicos específicos.

## **4 A IMPORTÂNCIA DA ESCOLA PÚBLICA COMO UM ESPAÇO DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DE CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA E IGUALITÁRIA**

### **4.1 Entendendo o conceito de Direitos Humanos**

Os direitos humanos são os direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, nacionalidade, gênero, origem étnica, religião ou qualquer outra condição. Esses direitos são universais, interdependentes e indivisíveis, abrangendo direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. Eles são garantidos por leis e costumes internacionais, destinados a proteger os indivíduos e grupos contra a opressão e a discriminação.

Segundo Habermas (1997) “[...] os direitos de participação social, os quais asseguram a garantia às condições de vida para um "aproveitamento em igualdade de chances dos direitos inicialmente denominados fundamentais”. Os direitos humanos fundamentais incluem o direito à vida, à liberdade, à segurança pessoal, à igualdade perante a lei, à liberdade de pensamento, de expressão, de religião, de reunião pacífica e associação. Além disso, incluem o direito à educação, que é crucial para o desenvolvimento e exercício pleno de outros direitos, tornando-se um fundamento essencial para o pleno gozo da dignidade humana.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), em seu preâmbulo, pede “[...] que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades”. Este direito fundamenta-se na necessidade de garantir a todos o acesso a uma educação de qualidade, que promova o desenvolvimento integral da pessoa, sua participação na sociedade e o exercício pleno de seus direitos. A educação como direito humano também implica o acesso equitativo, sem discriminação de qualquer natureza, e a garantia de que todos tenham a possibilidade de completar pelo menos o ensino fundamental. Além disso, inclui a liberdade de escolha do tipo de educação, a garantia de acesso a informações pertinentes e a participação efetiva dos indivíduos na definição das políticas educacionais.

Os direitos humanos são princípios universais que garantem a dignidade e igualdade de todos os seres humanos, e o direito à educação é reconhecido internacionalmente como um direito fundamental.

## 4.2 Fundamentos do direito humano à educação

Os direitos humanos e o direito à educação são intrinsecamente ligados e visam garantir que todos tenham acesso a uma educação de qualidade.

A Constituição Federal Brasileira e a Lei n. 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) afirmam o exercício da cidadania como uma das finalidades da educação, ao estabelecer uma prática educativa “inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, com a finalidade do pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Os fundamentos filosóficos e éticos do direito à educação residem na concepção de que a educação é um elemento essencial para o pleno desenvolvimento da pessoa humana. Ivan da Silva Pereira Sobrinho (2015), define de forma clara o que vem a ser a filosofia da educação:

Em que se baseia a Filosofia da Educação? Sua resposta pode sofrer variações dependendo do que se conhece acerca de filosofia. A filosofia, do ponto analítico, é o estudo crítico e exploração dos conceitos e princípios das tradições religiosas, das certezas e argumentações, dos princípios e angústias da humanidade. É a reflexão sobre a reflexão, ou seja, é uma atividade reflexiva de segunda ordem, pois se sustenta sobre outras atividades reflexivas, outras maneiras de pensar; atividade baseada na análise crítica de seus próprios conceitos e pressuposições, a fim de entender suas maneiras de discussão e dedução, dentro de cada área da ciência intelectual (Sobrinho, 2015, p. 03).

Filosoficamente, a educação é vista como um processo de formação integral, que visa à realização do indivíduo e sua capacidade de compreender o mundo e atuar nele de forma consciente e crítica. Do ponto de vista ético, o direito à educação é fundamentado na ideia de igualdade de oportunidades, garantindo a todos o acesso a uma educação de qualidade, capaz de promover a igualdade e a justiça social. Portanto, a filosofia e a ética servem como alicerces para a compreensão e defesa do direito humano à educação.

A história do direito à educação remonta a várias civilizações antigas, onde o acesso à educação era reservado apenas a certas classes sociais ou grupos privilegiados. Ao longo dos tempos, houve um movimento em direção à democratização do direito à educação, com a expansão de sistemas educacionais formais e a luta por igualdade de oportunidades de aprendizagem para todos. A evolução do direito à educação pode ser observada nas mudanças legislativas, campanhas de conscientização e tratados internacionais que visam garantir o acesso universal e equitativo à educação de qualidade para todas as pessoas, independentemente

de sua origem, gênero, raça ou condição socioeconômica. Anísio Teixeira, reconhecido por sua atuação na reforma educacional brasileira, expõe sua posição quanto à importância do ambiente escolar e sua importância:

A escola ampliou os seus deveres até participar de todos os deveres do lar, assumindo a responsabilidade de dar às crianças todas as condições que lhe asseguram ou lhe deviam assegurar na família, a continuidade e a integridade de uma ação formadora completa. Educação e não instrução apenas. Condições de vida e não condições de ensino somente. Mas nem por isso a escola substitui integralmente o lar. Esse continuará e, para continuar, deve também ser refundido em suas bases intelectuais e sociais, como já o foi nas suas bases econômicas. (Teixeira, 1997, p. 65).

A garantia ao ensino fundamental obrigatório é o mínimo em termos de educação que o poder público deve assegurar, uma vez que este integra o núcleo do princípio da dignidade da pessoa humana, formado pelas condições materiais básicas para a existência.

#### **4.3 A garantia do acesso, permanência, qualidade e equidade na educação como pilares do direito humano à educação**

O acesso à educação é um direito humano universal, reconhecido e protegido em legislações internacionais. A educação de qualidade é essencial para o desenvolvimento individual e coletivo, contribuindo para a construção de sociedades mais justas e igualitárias. Portanto, a base legal existente é fundamental para garantir que todas as pessoas tenham acesso a uma educação de qualidade, indiferente de suas condições socioeconômicas.

O Brasil tem uma política pouco direcionada para o incentivo a educação, prova disso são as poucas obras de construção de escolas públicas, principalmente no Ensino Fundamental I e II. O aprendizado e a taxa de desistência também são indicadores da deficiência da educação. No final da década de 1980 havia uma taxa expressiva de repetência: de cada 100 crianças que ingressavam na 1ª série, 48 eram reprovadas e duas evadiam, conforme o Ministério da Educação (1998), evidenciando a baixa qualidade da educação ofertada.

É dever do estado promover a equidade e reduzir as disparidades no sistema educacional, criando oportunidades iguais para todos os cidadãos e garantindo não apenas o acesso à educação de qualidade, mas também a permanência dentro deste sistema e garantir

qualidade enfrentando os desafios que impactam, atrasam ou impossibilitam a conclusão dos estudos, tais como a evasão escolar, a repetência e a falta de infraestrutura adequada.

Para enfrentar tais desafios, é fundamental a implementação de estratégias eficazes, como a criação de programas de apoio socioemocional, a oferta de atividades extracurriculares que estimulem o engajamento dos alunos, a capacitação dos professores para a identificação precoce de possíveis fatores de risco, e o estabelecimento de parcerias com a comunidade, visando apoio integral aos estudantes considerando e buscando mitigar a falta de condições socioeconômicas, o desinteresse pela escola, a ausência de políticas de combate ao bullying e à discriminação, entre outros fatores. Segundo Weissberg, Goren, Domitrovich & Dusenbury (2013),

A educação socioemocional (ESE) é o processo de adquirir habilidades necessárias para reconhecer e gerenciar emoções, desenvolver cuidado e preocupação com outros, estabelecer relações positivas, tomar decisões responsáveis e manejar situações desafiadoras de forma eficaz.

A qualidade na educação é essencial para garantir que os alunos desenvolvam habilidades e conhecimentos necessários para o seu pleno desenvolvimento. Isso inclui não apenas a formação acadêmica, mas também o desenvolvimento de habilidades socioemocionais. A avaliação da qualidade educacional é realizada por meio de indicadores como desempenho dos alunos, infraestrutura escolar, formação dos professores, entre outros. A análise desses indicadores ajuda a identificar pontos fortes e áreas de melhoria, permitindo que políticas educacionais sejam direcionadas de forma mais assertiva.

#### **4.4 Legislação nacional e internacional que respalda o direito humano à educação**

O direito à educação é um princípio fundamental consagrado em diversos documentos legais e tratados internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. No contexto nacional, a Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como um direito de todos e um dever do Estado que deve garantir a permanência e a qualidade do ensino. Além disso, a legislação brasileira prevê a obrigatoriedade da educação básica, a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, e a garantia de acesso ao ensino superior, mediante ações afirmativas que visem à inclusão social e a redução das desigualdades. O arcabouço legal existente fornece as bases necessárias para assegurar o direito à educação e orientar a formulação de políticas públicas nesse sentido.

A Constituição Federal de 1988 e o Plano Nacional de Educação – PNE são alguns dos principais marcos legais que garantem o direito à educação no Brasil. A primeira versa em seus artigos 205, 206 e 208 sobre o direito ao acesso permanência e qualidade na educação, além de estabelecer os princípios que embasam o ensino. O segundo cumpre a função de articular os esforços nacionais colaborativamente com o objetivo de universalizar o acesso à etapa obrigatória (de 04 a 17 anos), elevar o nível de escolaridade da população do país, aumentar a taxa de alfabetização e tornar melhor a qualidade da educação básica e superior.

A legislação internacional sobre o direito à educação é abrangente e inclui tratados, convenções e declarações que estabelecem o compromisso dos países em garantir o acesso à educação para todos. Destacam-se a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e a Convenção sobre os Direitos da Criança. No âmbito nacional de cada país, a maioria conta com leis e políticas que asseguram o direito à educação, estabelecendo a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino fundamental, por exemplo (*United Nations, 1948; United Nations, 1966; United Nations, 1989*).

## **5 PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL**

A questão da privatização do ensino público no Brasil é complexa e significativa, exercendo um impacto direto sobre o progresso do sistema educacional do país. Nesse âmbito, torna-se crucial analisar o processo de privatização da educação para adentrar os motivos, influências e desafios inerentes a essa ação. A trajetória histórica da educação brasileira, juntamente com os referenciais jurídicos e políticas públicas para a educação, compõem um cenário essencial para contextualizar o assunto da privatização.

Neste capítulo buscaremos elucidar as várias facetas presentes no procedimento de privatização, com a intenção de contribuir para um debate mais profundo sobre o tópico por meio do entendimento do contexto histórico e das principais características e modalidades de privatização na educação brasileira. Além disso, discutiremos os impactos da privatização da educação na efetivação do direito à educação, considerando aspectos como acesso, equidade, qualidade e inclusão.

### **5.1 Histórico do processo de privatização do ensino público**

A história do sistema educacional brasileiro demonstra uma jornada repleta de obstáculos e progressos, desde a chegada dos primeiros colonizadores europeus até a atualidade. Diversas legislações e políticas públicas foram implementadas ao longo do tempo com a finalidade de assegurar o acesso à educação para todos os cidadãos, fomentando a inclusão e o avanço social. Normativas e políticas educacionais foram de extrema importância para a formação e organização do sistema educativo brasileiro, constituindo linhas de orientação e normas que direcionam as práticas pedagógicas e a administração das instituições educacionais.

Espelha a influência de várias correntes de pensamento e práticas pedagógicas ao longo dos séculos. Da transição da educação missionária jesuíta durante o período colonial até a fundação das primeiras escolas públicas no período imperial, as transformações provocadas no cenário educacional brasileiro foram significativas.

As políticas públicas e os marcos legais têm desempenhado um papel fundamental na promoção da educação no Brasil, ao estabelecer diretrizes e normas que orientam a atuação do Estado no asseguramento do acesso e da qualidade do ensino. A aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996 foi um marco na legislação educacional brasileira, ao

reforçar a educação como um direito de todos e uma responsabilidade compartilhada entre Estado, família e sociedade. As políticas de educação visam promover a equidade, a valorização dos profissionais da educação, e a contínua melhoria na qualidade do ensino no Brasil.

A transição de responsabilidades e administração da educação pública para setores privados, um fenômeno conhecido como privatização da educação, tem sido alvo de aceleração no Brasil nas últimas décadas. Discussões sobre as implicações desta mudança na qualidade e acessibilidade da educação são comuns. Compreender e analisar este fenômeno é vital para decifrar as transformações que ocorrem no sistema de educação brasileiro.

A privatização educacional implica na transição de serviços educativos do domínio público para o setor privado, abrangendo desde a administração das escolas até a produção de recursos didáticos.

O processo de privatização da educação no Brasil é caracterizado por diversas fases e estratégias. No começo do século XXI, presenciamos que as políticas públicas deixaram adentrar na delimitação da área de atuação do Estado a publicização, a terceirização, a desconcentração e as parcerias público-privadas, propondo, com isso, a reconfiguração do papel do Estado. Vimos também surgir a política da terceira via, que é a repolitização da gestão acompanhada do reordenamento político, econômico e cultural da sociedade. Assim, ganham centralidade as parcerias público-privadas e a ideia do público não estatal. Essa questão foi discutida por Fernandes e Lagares (2014) que, evidenciando a ampliação da lógica privada e de ONGs no âmbito educacional e reconfiguração do capitalismo. Nesse sentido:

[...] a transposição do ideário mercadológico para as escolas e órgãos administrativos, [...] caracteriza o quase mercado educacional e o gerencialismo. Atrelado ao referido contexto é que ocorre, articuladamente, a expansão em secretarias estaduais e municipais da parceria público-privada, a desqualificação da formação docente realizada pelas universidades públicas e a introjeção da competição entre as escolas (Fernandes; Lagares, 2014, p. 11).

A cronologia das fases do processo de privatização na educação brasileira pode ser dividida em momentos distintos que incluem a implementação de parcerias público-privadas na administração educacional, o aumento na quantidade de escolas privadas e a flexibilização das regulamentações que incentivam a presença de instituições privadas. Essas etapas retratam uma mudança progressiva no sistema educacional brasileiro, com repercussões profundas na

maneira como a educação é financiada e gerenciada. No Quadro I está representada essa cronologia:

**Quadro 1 – Matriz das dimensões e formas recentes da privatização da Educação Básica a partir de mapeamento da literatura- 1990-2014**

Da OFERTA EDUCACIONAL	Da GESTÃO da EDUCAÇÃO PÚBLICA	Do CURRÍCULO
<p><b><u>Financiamento público a organizações privadas:</u></b> Subsídio à oferta por meio de Convênios/contratos/termos de parcerias entre governos e organizações privadas; Subsídio à demanda por meio de incentivos fiscais</p> <p><b><u>Oferta privada:</u></b> Escolas privadas com fins de lucro; Tutorias; Aulas particulares</p> <p><b><u>Incentivos à escolha parental (subsídio à oferta)</u></b> Escolas privadas conveniadas ou sob contrato custeadas com fundos públicos (<i>Charter school</i>) Bolsas de estudo (Voucher); Educação domiciliar.</p>	<p><b><u>PRIVATIZAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR:</u></b> Transferência da gestão escolar para Organizações com fins de lucro Transferência da gestão escolar para Organizações sem fins de lucro Transferência da gestão escolar para cooperativas de trabalhadores e de pais</p> <p><b><u>PRIVATIZAÇÃO DA GESTÃO EDUCACIONAL PÚBLICA</u></b> Transferência da gestão do sistema educacional para organizações lucrativas por meio de PPPs; Transferência da gestão do sistema educacional para organizações sem fins de lucro.</p>	<p>Compra ou adoção pelo poder público de <b>desenhos curriculares</b> elaborados pelo setor privado; Compra ou adoção pelo poder público de <b>tecnologias educacionais</b> e demais insumos curriculares desenvolvidos pelo setor privado; Compra ou adoção pelo poder público de <b>Sistemas privados de ensino (SPE)</b></p>

Fonte: Adrião, T. (2018)

## 5.2 Principais características e modalidades de privatização presentes na educação brasileira

A educação privada no Brasil está intrinsecamente atrelada ao ambiente político e econômico nacional, com a busca por efetividade e corte de despesas sendo normalmente citada como um dos motivos principais. Juntam-se às justificativas os investimentos públicos insuficientes ou irrelevantes na educação evidenciando que as entidades privadas frequentemente oferecem infraestrutura e recursos superiores. A concorrência no mercado educacional e o desejo de melhorar a qualidade do ensino também são elementos que favorecem a privatização cada vez maior do setor.

A privatização na educação pode assumir várias formas como a terceirização de serviços, estabelecimento de alianças público-privadas na administração escolar e a introdução

de vouchers educacionais. Cada um desses modelos apresenta peculiaridades e consequências variáveis no contexto educacional.

O financiamento público é feito através dos sistemas de bolsas de estudos; implantação de convênios ou contratos entre esferas governamentais e setor privado e de mecanismos de incentivos fiscais para a escola privada, como dedução de impostos ou renúncia fiscal.

Em relação aos mecanismos de incentivo à escolha parental, pode ser identificado de três principais formas: a introdução de *charter schools*, modelo de escola pública que adota a lógica da gestão privada, e que tem sido apontadas como principal referência de excelência para as mudanças que se tenta implantar.

A adoção de cheque-educação ou voucher que no Brasil funciona como uma bolsa de estudos. O cheque-educação genuíno repassa o imposto destinado à educação diretamente aos pais do aluno [via cheque-educação ou *voucher*] e não mais subsidia diretamente a escola pública.

A educação domiciliar ou *homeschooling*, é uma modalidade de ensino em que pais ou tutores responsáveis assumem o papel de professores dos filhos. Assim, o processo de aprendizagem dessas crianças é feito fora de uma escola.

Já como formas para estimular a oferta privada de vagas, existe o estímulo ao atendimento escolar privado por escolas comerciais.

### **5.3 Impactos da privatização no acesso, qualidade e equidade da educação**

No contexto brasileiro, a privatização da educação levanta questões sobre a equidade no acesso à educação, colocando em risco a garantia desses direitos fundamentais. Dessa forma é essencial analisarmos o impacto da privatização na garantia do direito fundamental à educação para todos os cidadãos do país.

O cenário político e econômico brasileiro tem impacto direto na privatização da educação no país. Diante de contínuas crises econômicas e a necessidade de reduzir despesas, o governo busca soluções para garantir a provisão de serviços educativos, sendo a privatização uma das táticas empregadas. Ainda mais, a instabilidade política e as transições governamentais também afetam as políticas educacionais, estimulando a expansão do setor privado na esfera da educação.

A privatização do setor educacional brasileiro dá origem a diversas críticas e controvérsias, sobretudo em relação à desigualdade de acesso e padrão de ensino. Uma distribuição desequilibrada de recursos a favor das instituições privadas, em detrimento das escolas públicas, pode agravar as disparidades educacionais no país. Adicionalmente, a mercantilização da educação, transformando o ensino em um comércio rentável, é percebida como uma ameaça aos princípios da educação pública e gratuita. A ausência de regulamentação e supervisão efetiva também causa inquietação, com frequentes denúncias de gestão inadequada e lucros excessivos.

O impacto da privatização da educação no Brasil pode ser observado em diversos aspectos, incluindo a qualidade do ensino, acesso equitativo e a desigualdade social. A privatização pode resultar na exclusão de alunos menos favorecidos economicamente, pois, muitas vezes, as instituições privatizadas têm mensalidades inacessíveis para a maioria da população. Além disso, a falta de regulação pode levar a padrões de ensino mais baixos e desvalorização dos profissionais da educação.

## **6 A MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO**

Outro aspecto relevante a ser abordado é a mercantilização da educação decorrente da privatização. Com a busca por lucro, as instituições de ensino privadas podem priorizar o resultado financeiro em detrimento da qualidade da educação oferecida. Isso pode levar a práticas como a superlotação de salas de aula, diminuição de investimentos em infraestrutura e precarização das condições de trabalho dos educadores, impactando diretamente a formação dos estudantes e o cumprimento do direito humano à educação.

### **6.1 A transformação da educação em mercadoria**

A transformação da educação em mercadoria é um fenômeno que vem ganhando destaque nas últimas décadas, impulsionado por políticas neoliberais e pela crescente influência do setor privado nas políticas educacionais. Este processo implica na transformação da educação, tradicionalmente vista como um bem público e um direito humano fundamental, em um produto que pode ser comprado e vendido no mercado. Esta mercantilização da educação traz consigo profundas implicações para a equidade, a qualidade e a função social da educação.

### **6.2 Conceituação e Contextualização**

A mercantilização da educação refere-se à introdução de lógicas de mercado no sistema educacional, onde a educação é tratada como um serviço a ser comercializado, e os alunos são vistos como consumidores. Este conceito está intimamente ligado ao neoliberalismo, uma corrente ideológica que promove a desregulamentação, a privatização e a redução do papel do Estado na provisão de serviços públicos. Sob essa perspectiva, a educação é reconfigurada para atender às demandas do mercado, priorizando eficiência, competitividade e resultados mensuráveis (Gentili, 1996).

No contexto global, a mercantilização da educação é observada em diversas formas, incluindo a expansão das escolas privadas, a introdução de taxas em instituições públicas, a utilização de vouchers e outros mecanismos de financiamento baseado na demanda, e a crescente presença de corporações privadas na administração e operação de escolas (Ball; Youdell, 2008). No Brasil, este fenômeno se manifesta na proliferação de escolas particulares,

no aumento da terceirização de serviços educacionais e na implementação de políticas que promovem a concorrência entre instituições de ensino (Krawczyk, 2008).

### **6.2.1 Impactos na Equidade e Acesso à Educação**

Um dos principais argumentos contrários à mercantilização da educação é o seu impacto negativo na equidade e no acesso à educação de qualidade. Quando a educação é tratada como uma mercadoria, o acesso a ela tende a ser determinado pela capacidade de pagamento dos indivíduos, exacerbando as desigualdades sociais e econômicas. As famílias de baixa renda, que não podem arcar com os custos das escolas privadas ou das taxas impostas em escolas públicas, ficam em desvantagem, perpetuando ciclos de pobreza e exclusão social (Cunha, 2017).

A lógica de mercado aplicada à educação pode resultar na segmentação do sistema educacional, em que escolas de elite oferecem serviços de alta qualidade a custos elevados, enquanto instituições que atendem populações mais vulneráveis enfrentam falta de recursos e condições precárias. Esse cenário vai contra o princípio de que a educação é um direito humano universal, que deve ser garantido a todos, independentemente de sua condição socioeconômica. Anísio Teixeira (1956), em suas obras sobre a democratização da educação, já alertava para os riscos de um sistema educacional desigual, defendendo a necessidade de políticas públicas que assegurem equidade e qualidade para todos os estudantes, como forma de promover justiça social e cidadania plena.

### **6.2.2 Qualidade e Resultados Educacionais**

A mercantilização da educação também suscita debates sobre a qualidade e os resultados educacionais. Proponentes argumentam que a introdução de concorrência e a gestão privada podem levar a melhorias na eficiência e na inovação pedagógica. No entanto, há evidências de que a busca por lucro pode comprometer a qualidade do ensino. Escolas privadas podem priorizar práticas de ensino padronizadas e de baixo custo, focadas em resultados de curto prazo e avaliações estandardizadas, em detrimento de uma educação integral e crítica (Verger; Fontdevila; Zancajo, 2016).

Além disso, a lógica de mercado pode promover a exclusão de alunos com necessidades especiais, baixo desempenho acadêmico ou comportamentos considerados problemáticos, uma vez que eles são vistos como menos lucrativos. Este processo de seleção pode levar à

homogeneização do corpo discente, reduzindo a diversidade e a inclusão nas escolas (Silva, 2012).

### **6.3 Função Social da Escola**

Historicamente, a escola pública desempenha um papel crucial na promoção da coesão social, da cidadania e da justiça social. Ao transformar a educação em mercadoria, corre-se o risco de minar essa função social, promovendo um ambiente competitivo e individualista. A educação deve ser um espaço de construção coletiva, onde valores como solidariedade, respeito e equidade são cultivados. A mercantilização, por outro lado, pode reforçar valores de mercado, como a competitividade e o individualismo, que nem sempre são compatíveis com os objetivos de uma educação humanista e emancipadora (Santos, 2017).

#### **6.3.1 Regulação e Políticas Públicas**

Diante dos desafios apresentados pela mercantilização da educação, torna-se imperativo o papel do Estado na regulação e na garantia do direito à educação. Políticas públicas devem ser implementadas para assegurar que todos tenham acesso a uma educação de qualidade, promovendo a equidade e a inclusão. Medidas como a regulamentação das escolas privadas, o financiamento adequado das escolas públicas e a valorização dos profissionais da educação são essenciais para mitigar os efeitos negativos da mercantilização (Freire, 1996).

A participação da sociedade civil e das comunidades escolares na formulação e implementação dessas políticas é fundamental. Um diálogo inclusivo e democrático pode contribuir para a construção de um sistema educacional que promova o desenvolvimento integral dos indivíduos e a justiça social, reafirmando a educação como um bem público e um direito de todos (Silva, 2012).

### **6.4 O papel das empresas e do mercado na gestão e financiamento da educação**

Nos últimos anos, tem-se observado um crescente envolvimento do setor privado na gestão e financiamento da educação, uma tendência impulsionada pelas políticas neoliberais e pela busca por novos modelos de eficiência e qualidade na provisão de serviços educacionais. Este fenômeno,

que pode ser entendido como uma faceta da mercantilização da educação, envolve a participação de empresas privadas na administração de escolas, no desenvolvimento de currículos, na oferta de recursos e tecnologias educacionais, e no financiamento de instituições de ensino por meio de parcerias público-privadas (PPPs). A seguir, discute-se o papel das empresas e do mercado na gestão e financiamento da educação, destacando suas implicações para a qualidade, a equidade e a função social da educação.

#### **6.4.1 Gestão Privada e Parcerias Público-Privadas (PPPs)**

Uma das formas mais evidentes de participação do setor privado na educação é a gestão de escolas e redes de ensino por empresas ou organizações não governamentais. As parcerias público-privadas (PPPs) têm sido promovidas como uma solução para a melhoria da qualidade educacional e a otimização dos recursos públicos. Nessas parcerias, o Estado delega a gestão de escolas a empresas privadas, que são responsáveis pela administração, infraestrutura, e muitas vezes, pelo desenvolvimento pedagógico (Ball; Youdell, 2008).

As PPPs são vistas como uma forma de atrair investimentos privados para a educação, aliviando a pressão sobre os orçamentos públicos e introduzindo práticas de gestão empresarial que podem aumentar a eficiência e a eficácia das escolas. No entanto, críticos argumentam que essa lógica pode levar à priorização de objetivos financeiros sobre os educacionais, comprometendo a qualidade e a equidade do ensino. Além disso, há preocupações de que as PPPs possam enfraquecer a autonomia das escolas e a participação democrática na gestão educacional (Apple, 2001).

#### **6.4.2 Financiamento Privado e Filantropia**

Outro aspecto do envolvimento do setor privado na educação é o financiamento de iniciativas educacionais por meio de doações, patrocínios e fundações empresariais. Empresas e indivíduos ricos frequentemente estabelecem fundações que financiam programas educacionais, bolsas de estudo, e a construção de infraestrutura escolar. Este tipo de financiamento é muitas vezes visto de forma positiva, pois pode complementar os recursos públicos e apoiar inovações educacionais (Vergier; Fontdevila; Zancajo, 2016).

Entretanto, a dependência de financiamento privado pode criar desafios de sustentabilidade e *accountability*. Projetos financiados por fundações privadas podem ser descontinuados se o financiamento for retirado, e as prioridades das fundações podem não estar alinhadas com as necessidades e contextos locais. Além disso, a influência do setor privado sobre a agenda educacional pode levantar questões sobre a privatização do bem público e a imparcialidade na definição das políticas educacionais (Santos, 2017).

### **6.4.3 Tecnologias Educacionais e Mercado**

A crescente demanda por inovação tecnológica na educação tem levado ao aumento da presença de empresas de tecnologia no setor educacional. Essas empresas oferecem uma variedade de produtos e serviços, incluindo plataformas de aprendizado online, softwares educativos, ferramentas de avaliação, e infraestrutura tecnológica para escolas. O mercado de *edtech* (tecnologia educacional) tem sido promovido como uma solução para diversos desafios educacionais, como a personalização do ensino, o acesso a recursos de alta qualidade, e a eficiência administrativa (Selwyn, 2011).

Apesar dos benefícios potenciais, a inserção de tecnologias educacionais também levanta preocupações. A dependência de soluções tecnológicas pode exacerbar as desigualdades, pois escolas e estudantes de contextos desfavorecidos podem ter acesso limitado a esses recursos. Além disso, a privacidade e a segurança dos dados dos estudantes são questões críticas, uma vez que muitas dessas tecnologias envolvem a coleta e o processamento de grandes volumes de informações pessoais. Há também o risco de que as tecnologias imponham modelos pedagógicos padronizados que não considerem as diversidades culturais e contextuais (Monahan, 2005).

### **6.4.4 Impactos na Equidade e Qualidade da Educação**

A participação do setor privado na educação pode ter impactos significativos na equidade e qualidade do ensino. Enquanto alguns defendem que a introdução de práticas de mercado pode levar a melhorias na eficiência e inovação, há evidências de que a lógica de mercado pode levar a aprofundar desigualdades e comprometer a qualidade do ensino. Escolas privadas e parcerias público-privadas tendem a focar em resultados de curto prazo e avaliações padronizadas, o que pode levar à exclusão de estudantes com necessidades especiais ou de baixo desempenho (Gentili, 1996).

Ademais, a segmentação do sistema educacional, com escolas de elite acessíveis apenas para uma minoria, contraria o princípio da educação como um direito universal. A lógica de mercado pode criar um sistema dual, onde a qualidade da educação depende da capacidade de pagamento das famílias, perpetuando e ampliando desigualdades sociais e econômicas (Freire, 1996).

#### **6.4.5 Regulação e Políticas Públicas**

Dada a crescente influência do setor privado na educação, torna-se essencial a implementação de políticas públicas que regulem essa participação para garantir que a educação continue sendo um direito humano e um bem público. O Estado deve desempenhar um papel ativo na regulação das parcerias público-privadas, garantindo transparência, *accountability*, e a proteção dos direitos dos estudantes. Além disso, políticas devem ser desenvolvidas para assegurar que as inovações tecnológicas sejam acessíveis a todos e que a privacidade e segurança dos dados dos estudantes sejam protegidas (APPLE, 2001).

A sociedade civil e as comunidades escolares também devem ser envolvidas no processo de definição e implementação dessas políticas. Um diálogo democrático e inclusivo pode ajudar a construir um sistema educacional que promova a equidade, a qualidade e a justiça social, reafirmando a educação como um bem público e um direito de todos (Silva, 2012).

#### **6.5 Consequências da mercantilização para a democratização do ensino**

A mercantilização da educação, entendida como a crescente influência de lógicas de mercado na gestão, financiamento e oferta educacional, tem implicações significativas para a democratização do ensino. Este tema suscita debates acalorados entre aqueles que veem no mercado uma oportunidade de inovação e eficiência, e aqueles que alertam para os riscos de exclusão e desigualdade exacerbados. Neste contexto, é essencial examinar as consequências dessa mercantilização para a democratização do ensino, considerando tanto seus potenciais benefícios quanto seus desafios críticos.

#### **6.6 Aumento das Desigualdades Sociais e Educacionais**

Um dos principais argumentos contra a mercantilização da educação é seu potencial de aprofundar as desigualdades sociais e educacionais. Escolas e universidades privadas, muitas vezes financiadas por taxas elevadas ou por sistemas de crédito estudantil, tendem a ser acessíveis apenas para aqueles que podem arcar com esses custos. Isso cria um sistema dual,

onde a qualidade da educação está diretamente ligada à capacidade financeira das famílias, exacerbando disparidades socioeconômicas pré-existentes (Souza, 2014).

Além disso, a introdução de práticas de mercado pode levar à exclusão de grupos marginalizados, como estudantes de baixa renda, minorias étnicas, e pessoas com deficiência. Escolas privadas e parcerias público-privadas podem ser menos inclusivas, priorizando estudantes com melhor desempenho acadêmico ou recursos financeiros mais robustos, em detrimento da diversidade e da equidade educacional (Silva, 2012).

### **6.7 Erosão da Autonomia e Participação Democrática**

A mercantilização da educação também pode minar a autonomia das instituições educacionais e a participação democrática na gestão escolar. Parcerias público-privadas frequentemente transferem decisões-chave para empresas privadas ou entidades não governamentais, que podem priorizar metas financeiras sobre objetivos educacionais e sociais mais amplos (Ball; Youdell, 2008).

Essa erosão da autonomia pode comprometer a capacidade das escolas de responder às necessidades locais e de adaptar currículos e práticas pedagógicas às realidades específicas de seus estudantes. Além disso, a participação democrática dos pais, estudantes e professores na definição das políticas educacionais pode ser reduzida, à medida que as decisões são centralizadas em entidades distantes e orientadas por interesses comerciais (Apple, 2001).

### **6.8 Impactos na Qualidade e na Equidade da Educação**

Embora defensores da mercantilização argumentem que a competição e a busca por eficiência podem melhorar a qualidade educacional, há evidências de que isso nem sempre se concretiza na prática. Escolas orientadas pelo lucro podem priorizar a maximização de resultados acadêmicos mensuráveis, muitas vezes em detrimento do desenvolvimento integral dos estudantes e da promoção da cidadania ativa (Gentili, 1996).

Além disso, a fragmentação do sistema educacional em escolas públicas e privadas pode enfraquecer o compromisso com a equidade educacional. A educação de qualidade deve ser vista como um direito humano fundamental, acessível a todos, independentemente da capacidade de pagamento ou do desempenho acadêmico prévio. A mercantilização pode

comprometer esse princípio ao criar barreiras financeiras e estruturais que limitam o acesso equitativo à educação (FREIRE, 1996).

### **6.9 Resistência e Alternativas**

Apesar dos desafios apresentados pela mercantilização da educação, há movimentos de resistência e alternativas sendo explorados ao redor do mundo. Movimentos sociais, sindicatos de professores e organizações da sociedade civil têm lutado por uma educação pública de qualidade, livre de influências mercadológicas excessivas. Estratégias incluem campanhas por maior financiamento público para a educação, a defesa de políticas educacionais inclusivas e participativas, e a promoção de práticas pedagógicas que valorizem a diversidade e a justiça social (Verger; Fontdevila; Zancajo, 2016).

## **7 DESAFIOS E RESISTÊNCIAS**

### **7.1 Desafios enfrentados diante da privatização da educação**

A privatização da educação apresenta desafios significativos que impactam profundamente a estrutura e os objetivos do sistema educacional. Um dos principais desafios é a ampliação das desigualdades educacionais, onde escolas privadas podem favorecer a segregação social e econômica, limitando o acesso à educação de qualidade para grupos socioeconômicos menos privilegiados (Silva, 2012).

Além disso, a privatização muitas vezes é acompanhada por políticas que reduzem o financiamento público em prol de incentivos para o setor privado, o que pode comprometer a universalidade e a equidade do sistema educacional (Ball; Youdell, 2008). Este contexto reforça a necessidade de políticas públicas que assegurem o direito à educação como um bem público e não como uma mercadoria (Apple, 2001).

### **7.2 Movimentos sociais e resistências em defesa do direito humano à educação pública e de qualidade**

Os movimentos sociais em defesa da educação pública têm desempenhado um papel crucial na resistência à mercantilização da educação. Sindicatos de professores, organizações estudantis, e movimentos comunitários têm se mobilizado para defender o acesso universal à educação pública, lutando contra políticas que visam a privatização e a exclusão social (Freire, 1996).

Esses movimentos destacam a importância de políticas educacionais que promovam a inclusão, a diversidade e a participação democrática na gestão escolar. A resistência social tem sido fundamental para pressionar governos e instituições a garantir o financiamento adequado e a qualidade do ensino público (Verger; Fontdevila; Zancajo, 2016).

### **7.3 Experiências e propostas alternativas para uma educação democrática e inclusiva**

Para promover uma educação mais democrática e inclusiva, têm surgido diversas experiências e propostas alternativas. Iniciativas como escolas autogestionadas, que envolvem comunidades locais na tomada de decisões educacionais, têm demonstrado sucesso em empoderar estudantes, professores e pais na construção de um ambiente educacional mais justo e participativo (Souza, 2014).

Além disso, políticas que valorizam a diversidade cultural, promovem a educação inclusiva para estudantes com necessidades especiais, e incentivam práticas pedagógicas inovadoras têm mostrado potencial para transformar positivamente o sistema educacional (Gentili, 1996). Essas iniciativas não apenas defendem o acesso universal à educação de qualidade, mas também reforçam o papel crucial da educação na promoção da igualdade e da cidadania ativa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A privatização da educação pública é um tema complexo e controverso, que envolve diversos interesses e perspectivas. A análise das políticas de privatização da educação no Brasil e no mundo revela um cenário multifacetado, onde a participação do setor privado pode, em alguns contextos, trazer benefícios em termos de eficiência administrativa, inovação pedagógica e diversidade na oferta educacional. No entanto, é essencial abordar esta questão com uma perspectiva crítica, considerando os impactos profundos que a privatização pode ter sobre o direito à educação como direito humano fundamental.

O mapeamento inicial mostrou que, embora sejam poucas as dissertações, teses e artigos que desenvolvam pesquisas nessa linha da privatização da educação, há indícios de que existe muito para se estudar ainda, uma vez que por ocorrer através de parcerias-público-privadas em educação – PPPE, terceiro setor e de acordo com as legislações vigentes, além de apresentar melhorias e benefícios no aprendizado dos alunos e também nos locais e instituições, mas daí vem a questão: e a garantia da Educação pública, obrigatória e gratuita para todos, que seria um Direito Constitucional de todos por parte do Estado ? Equidade para todos?

A educação, sendo um direito humano fundamental, deve ser garantida de forma equitativa e de qualidade para toda a população. A privatização da educação pública levanta preocupações significativas quanto à equidade no acesso, à qualidade do ensino e à inclusão social. A mercantilização da educação, que transforma a educação em um produto comercializado, pode exacerbar as desigualdades sociais, excluindo os mais vulneráveis e comprometendo a missão da educação de promover o desenvolvimento integral dos indivíduos e a formação para a cidadania.

Os argumentos a favor da privatização, que destacam a eficiência e a inovação, precisam ser balanceados com a realidade das desigualdades sociais e econômicas. Em contextos onde a privatização não é adequadamente regulada, há o risco de se aprofundar a exclusão social e de se comprometer a qualidade da educação oferecida. As escolas privadas, muitas vezes, adotam critérios de seleção que podem excluir alunos desfavorecidos, contrariamente ao princípio de inclusão que deve nortear a educação pública.

Além disso, a privatização pode impactar negativamente a função social da escola pública, que é promover a coesão social e a justiça. A segmentação educacional decorrente da privatização pode criar um sistema educacional dual, onde as oportunidades de aprendizado e

desenvolvimento são desigualmente distribuídas. Isso não apenas afeta a equidade no acesso à educação, mas também pode prejudicar a formação de uma sociedade democrática e inclusiva.

Portanto, é essencial que as políticas de privatização da educação pública sejam cuidadosamente planejadas e reguladas. Deve-se garantir que o direito à educação seja plenamente respeitado e promovido, adotando medidas que assegurem a equidade, a qualidade e a inclusão educacional. A participação da sociedade civil, das comunidades escolares e dos profissionais da educação é crucial na formulação e implementação dessas políticas. Apenas com um diálogo amplo e inclusivo será possível criar um sistema educacional que promova a justiça social e a equidade.

A educação pública, com seu papel crucial na promoção dos direitos humanos, no desenvolvimento integral dos indivíduos e na redução das desigualdades sociais, deve ser fortalecida. As políticas públicas devem priorizar a garantia de uma educação de qualidade para todos, reconhecendo a educação como um bem público essencial para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e equitativa.

## REFERÊNCIAS

ABRIL EDUCAÇÃO. Dados societários. Disponível em: <http://ri.abrileducacao.com.br/ptbr/companhia/Paginas/mercado.aspx>. Acesso em: 28 nov. 2014.

ADRIÃO, T. *et al.* **Sistemas de ensino privado na educação pública brasileira: consequências da mercantilização para direito à educação.** 2015. 113 p. Disponível em: Disponível em: <http://www.campanaderechoeducacion.org/privatizacion/wp-apyus/wp-content/uploads/2016/01/Peri-Sistemas-de-Ensino-Privado-na-Educa%C3%A7%C3%A3o-P%C3%BAblica-Brasileira-ok.pdf> Acesso em: 2 fev. 2016.

ADRIÃO, T.; PINTO, J.M. de R. Privatização da educação na américa latina: estratégias recentes em destaque. **Educação & Sociedade** [online]. 2016, v. 37, n. 134 p. 11-15. Disponível em: <https://www.scielo.br/> Acesso em: 15 jul. 2022.

ADRIÃO, T. M. de F. *et al.* Grupos empresariais na educação básica pública brasileira: limites à efetivação do direito à educação. **Educação & Sociedade** [online]. 2016, v. 37, n. 134 p. 113-131. Disponível em: <https://www.scielo.br/> Acesso em: 15 jul. 2022.

ADRIÃO, T.; PERONI, V. A gestão da educação básica nos municípios paulistas: o processo de privatização e a terceirização da oferta. **Educação & Sociedade**, v. 26, n. 93, p. 919-942, 2005.

ADRIÃO, T. Dimensões e formas da privatização da educação no brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais *In: Currículo sem Fronteiras*, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018. Disponível em [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5692189/mod\\_resource/content/1/Teresa%20Adriao\\_Dimens%C3%B5es%20e%20Formas%20da%20Privatiza%C3%A7%C3%A3o.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5692189/mod_resource/content/1/Teresa%20Adriao_Dimens%C3%B5es%20e%20Formas%20da%20Privatiza%C3%A7%C3%A3o.pdf) . Acesso em: 17 jun 2024.

ADRIÃO, T.; LOPES, N. M.; RAMOS, G.C. Atuação dos governos dos estados de Alagoas e Maranhão no financiamento da educação infantil. **Educação em Revista** [online]. 2020, v. 36. Disponível em: <https://www.scielo.br/> Acesso em: 25 fev. 2024.

AGOSTINHO, S.C.S.B.S. **A Atuação do Professor Coordenador Pedagógico de Área do Conhecimento e seus Desdobramentos no Programa de Ensino Integral da Secretaria Estadual da Educação de São Paulo.** 2017. 129f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Processos de Ensino, Gestão e Inovação) - Universidade de Araraquara – UNIARA, Araraquara-SP. Disponível em <https://www.uniara.com.br> Acesso em: 13 abr. 2022.

ANDRADE, M. C. P. **Base Nacional Comum e Novo Ensino Médio: expressões do empresariamento da educação de novo tipo em meio à crise orgânica do capitalismo brasileiro.** 2020, 361p. Dissertação. Mestrado em Educação – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br> Acesso em: 13 jul. 2022.

ANTONIOLI, M.H.M. **A utilização das tecnologias de informação e comunicação na gestão escolar: plataformas digitais da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEE-SP).** 2017. 106f. Dissertação do Programa de Pós-graduação em Processos de Ensino, Gestão

e Inovação da Universidade de Araraquara – UNIARA, Araraquara-SP. Disponível em <https://www.uniara.com.br> Acesso em: 13 abr. 2022.

APPLE, M. W. **Educating the "Right" Way: Markets, Standards, God, and Inequality**. New York: Routledge, 2001.

APPLE, M. W. **Ideologia e Currículo**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ARAÚJO, G. C. de; NASCIMENTO, R. P. do. “Educação Já!” e a governança federativa: a nova investida do movimento Todos Pela Educação na definição do Sistema Nacional de Educação. **Educar em Revista** [online]. 2020, v. 36. Disponível em: <https://www.scielo.br/> Acesso em: 15, jul..2022.

BALL, S. J.; YOUDELL, D. **Hidden Privatisation in Public Education**. London : Institute of Education, University of London, 2008.

Ball, S. J. (2003). The teacher’s soul and the terrors of performativity. **Journal of Education Policy**, 18(2), 215–228. <https://doi.org/10.1080/0268093022000043065>.

BARBOSA, L. M. R. **Homeschooling** no Brasil: ampliação do direito à educação ou via de privatização. **Educação & Sociedade** [online]. 2016, v. 37, n. 134, p.153-168. Disponível em: <https://www.scielo.br/> Acesso em: 15 jul. 2022.

BORGHI, R. F.; BERTAGNA, R. H. Que educação é pública? Análise preliminar do atendimento conveniado na educação infantil nas diferentes regiões administrativas brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos** [online]. 2016, v. 97, n. 247 , p. 506-518. Disponível em: <https://www.scielo.br/> Acesso em: 15 jul. 2022.

BRASIL. (Constituição). (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 10/06/2024.

BRASIL. (Lei das diretrizes básicas da educação). (1996). **Lei No 9.394**, de 20 de dezembro de 1996, Brasília, DF. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf> . Acesso em: 10 jun.2024.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (1998). **Informe estatístico da educação básica: evolução recente das estatísticas da educação básica no Brasil**. Brasília: MEC / INEP / SEEC.

CAETANO, M. R.; MENDES, V. da R. *Think tanks*, redes e a atuação do empresariado na educação. **Educar em Revista** [online]. 2020, v. 36. Disponível em: <https://www.scielo.br/> Acesso em: 15 jul 2022.

CÁSSIO, F. et al. Heterarquização do estado e a expansão das fronteiras da privatização da educação em São Paulo. **Educação & Sociedade** [online]. 2020, v. 41. Disponível em: <https://www.scielo.br/> Acesso em: 15 jul. 2022.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Catálogo de Teses e Dissertações**. Brasília, DF. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 23 mar. 2020.

CECCON, M. L. L.; DRABACH, N. P. As instituições sem fins lucrativos na privatização da educação infantil. **Educação em Revista** [online]. 2020, v. 36. Disponível em: <https://www.scielo.br/> Acesso em: 15 jul 2022.

COSTA, H. B. **Financeirização da Educação Básica: tendências no período 2010-2019**. 2020. 71f. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br> Acesso em: 13 jul. 2022.

CROSO, C.; MAGALHÃES, G. M. Privatização da educação na América Latina e no Caribe: tendências e riscos para os sistemas públicos de ensino. **Educação & Sociedade** [online]. 2016, v. 37, n. 134, p. 17-33. Disponível em: <https://www.scielo.br/> Acesso em: 15 jul 2022.

CUNHA, L. A. **A mercantilização da educação e seus impactos sociais**, 2017.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS - UNICEF – 10 DEZ 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 06 jun. 2024.

DEPIERI, A. A. L. **Instituto Ayrton Senna: proximidades e contradições da atuação empresarial na educação pública no Brasil**. 2019. 160 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br> Acesso em: 13 jul. 2022.

DOMICIANO, C. Nova gestão pública e programa ‘nave-mãe’: caminhos comuns à privatização. **Educação em Revista** [online]. 2020, v. 36. Disponível em: <https://www.scielo.br/> Acesso em: 15 jul. 2022.

DOMICIANO, C.; ADRIÃO, T. Privatização da e na educação infantil: perspectivas em diálogo. **Educação em Revista** [online]. 2020, v. 36. Disponível em: <https://www.scielo.br/> Acesso em: 16 jan. 2024.

DOSIÊ, GLOBALIZAÇÃO E EDUCAÇÃO. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma "Cultura Educacional Mundial Comum" ou localizando uma "Agenda Globalmente Estruturada para a Educação"? **Educação e Sociedade**, v. 25, n. 87, ago. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302004000200007>. Acesso em: 22 out. 2024.

EDITORES DA REVISTA EDUCAÇÃO & SOCIEDADE **PRIVATIZAÇÃO E MILITARIZAÇÃO: AMEAÇAS RENOVADAS À GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA PÚBLICA**. **Educação & Sociedade** [online]. 2016, v. 37, n. 134. Acesso em: 15 jul. 2022], p. 01-07. Disponível em: <https://www.scielo.br/> Acesso em: 15 jul. 2024.

FERNANDES, K. L.; LAGARES, R. **Projeto societário e educação: a gestão educacional na primeira década do século XXI**. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 4., CONGRESSO LUSO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 7., 2014, Porto. [Anais...] Porto: IPP, 2014. p.1-13. Disponível em: [http://anpae.org.br/IBERO\\_AMERICANO\\_IV/GT5/G](http://anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT5/G)

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, L.C. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educ. Soc.** **33 (119)** • jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/PMP4Lw4BRRX4k8q9W7xKxVy/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 jul. 2024.

GENTILI, P. A. **Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas**. Petrópolis: Vozes, 1996.

HABERMAS, J. **Direito e democracia: entre faticidade e validade**. Trad. Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HARVEY, D. Neoliberalismo como destruição criativa. **Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente** - v.2, n.4, Tradução. 2007. Disponível em: [www.interfacehs.sp.senac.br](http://www.interfacehs.sp.senac.br)

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. Cap. 3, A teoria marxista do Estado. O neoliberalismo história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008. Cap. 3, O Estado neoliberal.

KLEES, S. J.; EDWARDS, D. B. Privatização da educação experiências dos Estados Unidos e outros países **Revista Brasileira de Educação** [online]. 2015, v. 20, n. 60, p. 11-30. Disponível em: <https://www.scielo.br/> Acesso em: 20 agosto 2023.

KRAWCZYK, N. R. S. Privatização da educação no Brasil: um balanço crítico das políticas públicas e seus resultados. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 37, p. 5-24, 2008.

LIMA, L.C.V. S. Uma pedagogia contra o outro? Competitividade e emulação. **Educação & Sociedade** [online]. 2019, v. 40. Disponível em: <https://www.scielo.br/> Acesso em: 15 jul 2022.

MACEDO, E.; ARAÚJO, H. C. Tirando o máximo partido da educação privada: construção de laços e significados em uma escola de elite em Portugal. **Educação e Pesquisa** [online]. 2020, v. 46. Disponível em: <https://www.scielo.br/> Acesso em: 18 fev. 2024.

MANCEBO, D.; VALE, A. A. do ; MARTINS, T. B. **Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010**. **Revista Brasileira de Educação** [online]. 2015, v. 20, n. 60 , p. 31-50. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 18 fev 2024.

MARTINS, C.E. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**, São Paulo:Boitempo, 2015.

MEKSENAS, P. **Sociologia da educação: introdução ao estudo da escola no processo de transformação social**. 10 ed. São Paulo: Loyola, 2002.

MONAHAN, T. **Globalization, Technological Change, and Public Education**. New York: Routledge, 2005.

MONTANO, M. R. **A parceria entre a administração pública e as entidades privadas sem fins lucrativos a partir do marco regulatório das organizações da sociedade civil (MROSC) na oferta da educação infantil em Porto Alegre.** Porto Alegre, 2018. 215 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br>. Acesso em: 13 jul. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em: <https://www.onu.org.br>. Acesso em: 22 out. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. 1966. Disponível em: <https://www.onu.org.br>. Acesso em: 22 out. 2024.

PERONI, V.M.V. Relação público-privado no contexto de neoconservadorismo no Brasil. **Educação & Sociedade** [online]. 2020, v. 41. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 15 jul 2022.

PERONI, V.M.V.; CAETANO, M. R. Atuação em Rede e o Projeto Jovem de Futuro: a privatização do público. **Educação & Realidade** [online]. 2016, v. 41, n. 2 [Acessado 15 Julho 2022], pp. 407-428. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2175-623653910>>. ISSN 2175-6236. <https://doi.org/10.1590/2175-623653910>. Disponível em: <https://www.scielo.br/> Acesso em: 15 jul. 2022.

PERONI, V.M.V.; OLIVEIRA, C. M. B. de. O curso Gestão para Aprendizagem da Fundação Lemann como processo de institucionalização do gerencialismo nas escolas de educação básica alagoanas: implicações para a democratização da educação. **Educar em Revista** [online]. 2020, v. 36. Disponível em: <https://www.scielo.br/> Acesso em: 15 jul. 2022.

PINTO, J. M. de R. Uma análise da destinação dos recursos públicos, direta ou indiretamente, ao setor privado de ensino no Brasil. **Educação & Sociedade** [online]. 2016, v. 37, n. 134, p. 133-152. Disponível em: <https://www.scielo.br/> Acesso em: 15 jul. 2022.

PRUNIER, S. S. **A parceria público-privada na educação infantil em Porto Alegre: suas implicações para o trabalho docente.** Porto Alegre, 2018. 192 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br> Acesso em: 13 jul. 2022.

SALANDIN, A. **A percepção dos integrantes da comunidade escolar com relação a participação dos alunos na gestão da Cooperativa-Escola.** 2020. 153f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Educação: Processos de Ensino, Gestão e Inovação da Universidade de Araraquara – UNIARA, Araraquara-SP, 2020. Disponível em <https://www.uniara.com.br> Acesso em: 13 abr., 2022.

SANTOS, A. V. dos; CHAVES, V. L. J. Influência de atores privados no fortalecimento da privatização da educação superior brasileira. **Educação & Sociedade** [online]. 2020, v. 41. Disponível em: <https://www.scielo.br/> Acesso em: 15 jul. 2022.

SANTOS, B. S. **A cruel pedagogia do vírus.** Coimbra: Almedina, 2017.

SANTOS, S. C. M. dos. Políticas de privatização da educação básica no Brasil: alguns apontamentos. **Pesquisa em Foco**, São Luís, v. 22, n. 1, jan./jun. 2017. Disponível em: [http://ppg.revistas.uema.br/index.php/PESQUISA\\_EM\\_FOCO](http://ppg.revistas.uema.br/index.php/PESQUISA_EM_FOCO). Acesso em: 21 out. 2024.

SANTOS NETTA, M.G. **Gestão democrática, participativa e dialógica na EJA e os desafios do ambiente escolar**: Contribuições para as aprendizagens máximas. 2021. 85fl. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Processo de Ensino, Gestão e Inovação) - Universidade de Araraquara- UNIARA, 2021. Disponível em <https://www.uniara.com.br> Acesso em: 13 abr., 2022.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. Edição Comemorativa. Campinas: Autores Associados.2008.

SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, v.14, n.40, jan/abr 2009.

SELWYN, N. **Education and Technology**: key issues and debates. London: Continuum, 2011.

SILVA, M. V. A privatização da educação secundária na Inglaterra por meio das *Sponsored Academies* e das *Multi-Academy Trusts*. **Educação & Sociedade** [online]. 2020, v. 41. Disponível em: <https://www.scielo.br/> Acesso em: 27 mar. 2024.

SILVA, L. C. Educação infantil no Brasil: políticas de privatização e a agenda do Banco Mundial. **Educação & Realidade**, v. 37, n. 2, p. 433-452, 2012.

SILVA, R. da; OLIVEIRA, J. Privatização da educação em 24 países africanos: tendências, pontos comuns e atípicos. **Educação & Sociedade** [online]. 2020, v. 41 Disponível em: <https://www.scielo.br/> Acesso em: 09 ago 2024.

SOBRINHO, I. P. da S. Filosofia da Educação: uma abordagem sobre fundamentos da Educação Progressista no Brasil. **Estação Científica** - Juiz de Fora, n.13, janeiro–junho / 2015.

SOUZA, A. B. Escolas autogestionadas e a construção de um ambiente educacional mais justo e participativo. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 19, n. 57, p. 45-62, jan./jun. 2014.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes. 2002.

TEIXEIRA, A. **Educação para a democracia**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ. (Original publicado em 1936). 1997.

TEIXEIRA, A. **Educação não é privilégio**. 4. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1956.

TRIPODI, Z. F.; SOUSA, S. Z. Do governo à governança: permeabilidade do estado a lógicas privatizantes na educação. **Cadernos de Pesquisa** [online]. 2018, v. 48, n. 167, p. 228-253. Disponível em: <https://www.scielo.br/> Acesso em: 07 jul. 2024.

*UNITED NATIONS*. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1948%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20Universal%20dos%20Direitos%20Humanos.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2023.

*UNITED NATIONS*. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. 1966. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1966%20Pacto%20Internacional%20sobre%20os%20Direitos%20Econ%C3%B3micos,%20Sociais%20e%20Culturais.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2023.

*UNITED NATIONS*. Convenção sobre os Direitos da Criança. 1989. Disponível em: *UNITED NATIONS*. Convenção sobre os Direitos da Criança. 1989. Acesso em: 10 nov. 2023.

VERGER, A.; FONTDEVILA, C.; ZANCAJO, A. *The privatization of education: a political economy of global education reform*. New York: Teachers College Press, 2016.

VILARINHO, E. Articulações entre o público e o privado na educação de infância em Portugal. **Educação em Revista** [online]. 2020, v. 36, Disponível em: <https://www.scielo.br/> Acesso em: 15 jul. 2022.

WEISSBERG, R. P., Goren, P., Domitrovich, C., & Dusenbury, L. (2013). *CASEL guide effective social and emotional learning programs: Preschool and elementary school edition*. Chicago, IL: CASEL, 2013.